

fazendo

AMANHÃ

ANO 1 — Nº 3 — NOVEMBRO DE 1985 — Cr\$ 3.000



Eleições
Municipais:

QUEM GANHA E O QUE MUDA



Campanha unificada:
Greve em São Paulo
CUT se fortalece

Fortalecer uma alternativa operária e popular

As eleições para prefeito das capitais e municípios das áreas ditas de segurança nacional já se configuram como o acontecimento político mais importante depois da ascensão de Sarney à Presidência da República. O peso de alguns municípios, especialmente das grandes capitais, confere a elas um significado que transcende o futuro imediato se projetando sobre todo o curso da transição burguesa. Seu resultado incidirá sobre as condições em que se dará a luta entre as classes no próximo período, sobre a correlação de forças na Constituinte, sobre as eleições para governadores e a sucessão presidencial. E, de imediato, sobre a disputa dentro do governo, com repercussão na recomposição do ministério, prevista para o início do ano.

As classes dominantes, unidas em torno do objetivo geral de impor derrotas e isolar os setores operários e populares e, assim, consolidar a democracia do capital monopolista, apresentam-se divididas em questões particulares, que expressam interesses de frações e grupos. O quadro eleitoral e parlamentar revela uma disputa crescente entre os partidos burgueses, envolvendo as Forças Armadas, o que se evidenciou na votação da anistia e da emenda convocatória da Constituinte. A Aliança Democrática, costurada por Tancredo, em renhida disputa eleitoral em quase todas as capitais do Brasil, sofre um processo de diferenciação interna. O governo Sarney, na medida em que vai demonstrando seu caráter antipopular, perde substância e credibilidade, reforçando os atritos entre suas forças de sustentação.

Entretanto, nem essa disputa nem o desgaste do governo asseguram automaticamente o desenvolvimento da consciência e do posicionamento político do povo. Observa-se já, em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, que a frustração com o mudancismo da Nova República vêm sendo capitalizada, em larga medida, pelo populismo reformista de Brizola ou, até mesmo, pelo populismo de direita representado por Jânio Quadros.

Esse fato evidencia que se não se constitui uma alternativa de esquerda, com base de massa politizada, a insatisfação popular pode acabar jogando água no moinho dos diferentes tipos de política burguesa. E, portanto, coloca na ordem do dia a urgente necessidade de se construir esta alternativa. O fortalecimento do PT nestas eleições em algumas capitais e cidades operárias importantes contribui neste sentido, por ser o PT um partido identificado com as lutas populares e que tem assumido uma postura oposicionista.

Todavia, apenas um bom desempenho eleitoral do PT não equaciona o problema. Em vários locais sua campanha não tem se caracterizado pela afirmação clara de uma opção política de esquerda, de oposição global à Nova República combatendo com igual ênfase seus setores ditos liberais e os mais direitistas. E o problema-chave é exatamente combinar uma tática eleitoral ampla capaz de garantir votos nas urnas, com uma abordagem política geral da campanha, privilegiando a elevação da consciência e da organização dos trabalhadores e disseminando a revolta contra o governo e a burguesia, alicerçando assim um projeto independente.

Particularmente agora, quando explodem mobilizações grevistas de envergadura envolvendo várias categorias unificadas, trata-se de relacionar as reivindicações econômico-sociais com a disputa eleitoral e a luta política. Aproveitar este processo para denunciar vivamente o comprometimento da Nova República e dos candidatos a ela ligados, sejam eles do PMDB, PFL, PTB, etc., com os capitalistas e sua política de fome e miséria.

Nesta reta final de campanha, cabe aos revolucionários e ativistas do movimento operário, entrar ainda mais decididamente no embate, e apoiando as candidaturas populares e fortalecendo a legenda do PT, projetar as posições que apontam para o caminho da luta democrática operária e popular.

Combater sem descanso a ultra-direita

O presidente Alfonsín completou recentemente dois anos de governo. Ele, que chegou ao poder no bojo de um amplo movimento anti-ditatorial, possuía excelentes condições para golpear a ultra-direita. Todavia, recusou-se a fazê-lo de maneira profunda. Agora, diante das bombas, atentados e ameaças que se sucedem por estes dias na Argentina, Alfonsín, em posição bem menos vantajosa precisa responder ao desafio dessa mesma direita. O que levou o presidente argentino a este impasse?

Desde antes do fim da ditadura militar o movimento popular e democrático, tendo a frente as mães da praça de maio, vinha exigindo o desmantelamento da máquina repressiva e a punição dos assassinos que a operavam. Alfonsín pontificou pela omissão nesta fase da luta. E, depois de eleito o que fez ele? Amenizou o quanto pôde o impulso desse movimento, inclusive sobre o destino a ser dado aos torturadores.

Como algo precisa ser feito pa-

ra conter a crescente onda popular por justiça, determinou a abertura do processo contra os nove integrantes das juntas militares. Abaixo dos rítove prese ou todos os demais. Com o argum...o cínico de que cumpriam ordens, chegou a promover assassinos e torturadores de crianças, homens, mulheres, a postos superiores da hierarquia das Forças Armadas. Neste momento, quando se aproxima do fim o julgamento dos generais, a direita dá a resposta a condescendência de Alfonsín: com balas e bombas procura garantir sua impunidade e preservar sua principal arma, o aparelho de repressão.

E de onde vêm esta ousada resposta? Nada mais nada menos do que de dentro da própria máquina do Estado. Os soltadores de bombas publicamente denunciados são principalmente oficiais da ativa. E a maior resistência à tentativa do governo de colocá-los na cadeia se origina de significativas parcelas dos órgãos judiciários; eles vêm determinando siste-

maticamente a soltura dos acusados.

Disso tudo sobra uma importante lição, não só para a classe operária e o povo argentino, mas para todos os povos, do Brasil em especial (Ustra e outros torturadores da mesma estirpe estão soltos e recebendo condecorações). Contra a ultra-direita não pode haver contemporação. É indispensável atacá-la onde quer que esteja, não dar-lhe trégua, desmantelar seus aparatos e aplicar as penas mais severas contra seus integrantes.

Aqui cabe retornar a pergunta formulada no início. Alfonsín está metido neste impasse em função da sua própria inconseqüência, fruto dos seus compromissos de classe. Como já se tornou rotina, particularmente na América Latina, nenhum setor da burguesia combate radicalmente os reacionários e golpistas. Só a mobilização popular independente, organizada e vigorosa pode cumprir tal tarefa.

fazendo **AMANHÃ**

Conselho Editorial:

Adelmo Genro Filho, José Eduardo Utzig, José Genuino Neto, Marcos Rolim, Otto Alcides Ohlweiler, Ozeas Duarte de Oliveira, Tarso Fernando do Genro.

Planejamento gráfico e diagramação: Cristina Pozzobon

O AMANHÃ é uma publicação da Editora Outubro Ltda.

End.: Rua Santo Antonio, 446/conj.91

CEP: 01314 — São Paulo — SP

Fone: 32-4685

Editor: Sergio Weigert

CONSTITUINTE E ANISTIA:

MILITARES ORDENAM. ULYSSES OBEDECE

Por certo a longa história do deputado Flávio Marcílio (PDS-CE), criteriosamente escrita em capítulos e capítulos de servilismo, submissão e apoio ao longo da existência do regime militar, não chega a credenciá-lo como um defensor das atitudes independentes dos políticos.

Menos ainda como um analista e crítico, dos episódios que envolveram a "crise da emenda Sarney" e o comportamento dos líderes políticos do PMDB, principalmente de Ulysses Guimarães.

No entanto, por uma destas ironias da história, coube a ele por o dedo na ferida, que, aliás, a maioria dos políticos preferia tratar com panos quentes: "os falsos liberais foram desmascarados mais rapidamente do que se pensava", afirmou, referindo-se aos deputados do PMDB e PFL que votaram contra a ampliação da anistia que englobaria os militares punidos pelo regime militar.

"Bastou o presidente da República e os militares falarem grosso e estes falsos democratas traíram a própria causa e fugiram ao compromisso com a anistia ampla, geral e irrestrita. E foram eles que, durante 20 anos, nos chamaram de lambedores de botas e de subservientes?"

Descontado o fato de que Marcílio pregava moral de cuecas, suas declarações expressavam a verdade nua e crua, do que havia ocorrido.

Tudo começou quando os estrategistas da Nova República, buscando, talvez, aproveitar o clima dominante em torno das eleições municipais, lançaram a sua emenda convocatória de Constituinte-Congressual. Ninguém esperava muitas resistências a sua aprovação, até mesmo porque muitos parlamentares já haviam manifestado sua concordância com a tese. Além disto, os líderes da Nova República tiveram o cuidado de procurar os ministros militares a fim de negociarem um acordo: simultaneamente à Constituinte-Congressual aprovariam também uma outra emenda de anistia que, mesmo restrita, era suficientemente ampla para contentar alguns deputados, evitando, deste modo, oposições que poderiam inviabilizar a aprovação das duas emendas.

Tudo parecia acertado. A Nova República navegava em céu azul e mar tranquilo. Até que o parecer do relator da emenda, deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), desabou como um raio em toda esta calmaria. Bierrembach simplesmente discordou da proposta e fez a sua: ele queria um plebiscito para saber se a Constituinte deveria ser Congressual ou exclusiva. Entre os trovões e tempestades que se seguiram, ninguém conseguia se conter. "Isto é uma loucura", exclamava, frenético, o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, tratando de articular, imediatamente, um novo substitutivo. Contudo, a brecha estava aberta na tática da Nova República e na premência de fechá-la, substituindo

o amotinado Bierrembach pelo disciplinado Giavarina, a Comissão Mista do Congresso apreciou o novo parecer sem sequer deliberar sobre o de Bierrembach. A pressa, como se sabe, é inimiga da perfeição e amiga da confusão: e o substitutivo de Giavarina, neste primeiro momento, foi facilmente barrado: eram flagrantes as irregularidades regimentais cometidas pela Comissão.

A partir daí, a Nova República parecia andar à deriva, fazendo água por todos os cantos e recantos. Se a Aliança Democrática tinha o necessário consenso para aprovar seu Congresso-Constituinte, já não o possuía para rejeitar uma anistia ampla e irrestrita. E a emenda

Jorge Uequet (PMDB-RS) sintetizava exatamente esta situação. Ela não discordava da Constituinte-Congressual, mas exigia uma anistia ampla e irrestrita.

O impasse dos líderes da Nova República resumia-se ao seguinte: desejavam uma Constituinte-Congressual, mas o acordo com os militares não lhes deixava ir mais além de uma anistia restrita. Por sua vez, os militares não admitiam de forma alguma a anistia proposta na emenda Uequet, deixando muito claro que, diante disto, a questão da Constituinte ficava secundarizada. "O governo vai continuar com ou sem Constituinte", foi a lacônica expressão de Sarney, sintetizando a situação. "E o governo continuaria sem o

apoio dos militares?"

Os liberais não tem dúvidas quanto a esta questão.

Assim é que um impávido Ulysses Guimarães, depois de ter votado a favor do destaque de Uequet, pela anistia ampla, geral e irrestrita, vai pronunciar, no dia seguinte, um sonoro não a sua aprovação. E durante todo o dia, desde a manhã, ao comparecer às comemorações do Dia do Aviador, na Base Aérea de Brasília, foi obrigado a ouvir as irritadas observações que, aos gritos, os ministros militares lhe transmitiram: "anistia ampla, não!"

Sarney e Pimenta da Veiga, também presentes às comemorações, tampouco foram poupados. "Fizemos um acordo", lembrou-lhes o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. E acrescentou: "Assim como eu seguro os meus, não tenho a menor dúvida de que os senhores, líderes responsáveis, saberão segurar os seus".

Sarney ouviu mais: "O problema indisciplinar será incontornável", garantiu-lhe o ministro da Marinha, Henrique Sabóia. Para completar, os chefes militares, no decurso da crise, deixaram escapar veladas ameaças de demissão. Não precisaria tanto. Ulysses tratou, rapidamente, de transformar as taxativas ordens militares num sutil raciocínio "político". "Nesse debate — declarou — os militares não estão com o argumento da autoridade, mas com a autoridade do argumento."

Argumento mais do que suficiente para Ulysses: jogando-se no corpo-a-corpo político, conseguiu reunir 73 votos contrários à emenda, dos 163 deputados peemedebistas presentes. Somados aos votos do PFL, a emenda não obteve os dois terços necessários a sua aprovação. Estava preservado o acordo com os militares.

Porém, o clima que se instalou no plenário — parecia um verdadeiro velório — não permitiu que prosseguisse a votação da emenda constitucional convocatória da Constituinte. O descontentamento agravou-se tanto, que ninguém garantia ao governo Sarney a maioria necessária para aprová-la. A votação acabou sendo adiada, por falta de quórum, para o final de novembro, com o risco de ser realizada somente em 1986.

Até lá, com as mudanças decorrentes das eleições municipais, o quadro político terá mudado, abrindo talvez, novas possibilidades à uma campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva e com amplas liberdades para o desgosto da Nova República. E para o gosto do movimento operário e popular se souber transformar essa possibilidade virtual numa luta política real.

Dia 1º de outubro

* Brizola janta com Sarney e deixa o Planalto pedindo a colaboração e a boa vontade de todos os setores para com o Governo Federal. "Levo daqui a convicção de que o presidente Sarney está imbuído da maior boa fé e não de qualquer projeto pessoal".

Dia 6

* Em sessão plenária, a Conclat decide apoiar a proposta do Governo e da Aliança Democrática de um Congresso Constituinte. No mesmo momento, repudia a tese do delegado constituinte avulso, defendida pela OAB, CNBB, CUT e PT.

Dia 8

* Procurador-geral da Justiça Militar concorda com a reabertura do IPM do Riocentro, arquivado pelo Supremo Tribunal Militar em 1981. Novas provas, — entre elas a da existência de mais duas bombas no Puma, além da que explodiu — indicam que as vítimas apontadas pelo IPM arquivado são, realmente, os criminosos. STM aceita a proposta, mas indica o mesmo relator que já havia mandado arquivar o inquérito.

Dia 9

* Ulysses Guimarães, reúne-se com jornalistas e afirma: sou contrário à reabertura do processo do Riocentro, pois "alguns fatos devem ser esquecidos em prol da consolidação democrática do País".
* Morre o general Emílio Garrastazu Médici, o presidente da repressão, da tortura, do crescimento da dívida, do milagre, do radinho de pilha...

Dia 10

* Sarney assina o Plano Nacional de Reforma Agrária, assegurando que "não violentará, de maneira nenhuma, a propriedade". Os donos da terra continuam a dormir sossegados.

Dia 14

* Reivindicando antecipação salarial de 31,6 por cento, entram em greve os rodoviários do Rio de Janeiro.

* Os 5.700 funcionários do Estaleiro Verolme paralisam as atividades em protesto pela demissão de 807

companheiros de trabalho. É a primeira greve no Verolme nos últimos 18 anos.

* Funcionários da Brahma com a Antártica iniciam a primeira greve comum dos últimos 21 anos. Com o apoio da CUT, reivindicam trimestralidade, reajuste salarial de 105% e 100% nas horas extras aos domingos.

Dia 15

* Inicia a greve nacional dos funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A segunda paralisação deste ano é marcada pela forte repressão da Nova República sob o comando do ministro Antônio Carlos Magalhães que ordena a repressão do movimento, prisões e demissões dos grevistas.

Dia 16

* Ao discursar durante a realização da sessão de apresentação do parecer de Flávio Bierrembach sobre a proposta de convocação da Constituinte do Governo, o deputado Juruna afirma: "Não existe Nova República e ninguém vai mudar o Brasil. Ninguém vai mudar nada, porque todo mundo tem o rabo preso: o presidente Sarney, seus ministros, os deputados e senadores".

* O próprio ministro Pazianotto reconhece que seu projeto de lei de greve apresenta falhas, mas diz que não vai discutí-lo durante as negociações do pacto social. A reformulação da lei de greve deve ser objeto de discussão da Constituinte que, para ele, não deve ser exclusiva.

Dia 17

* O presidente do INCRA, José Gomes da Silva, demite-se do cargo. Não aceita as alterações introduzidas pelo Planalto no texto do 1º PNRA, que tornam inviável o assentamento de 1,4 milhão de famílias em 4 anos. A reforma agrária terminou para o ex-presidente do INCRA quando Sarney decidiu que os latifúndios não serão desapropriados e não haverá expropriação de terras.

Dia 21

* TRE proíbe que seja dito pela TV que Brizola é "coisa mofada", "não é de nada", "é incompetente", "engana as pessoas" e "é autoritário".

* Ministro Roberto Gusmão comunica que até o final do ano algumas, entre 47 estatais, serão privatizadas. O restante fica para 1986.

* Cerca de 120 militares cassados pelo golpe de 64 entram em greve. Querem pressionar os parlamentares a incluir na ampliação da anistia os punidos por atos administrativos. O projeto do Governo beneficia apenas 250 oficiais, excluindo 7 mil praças.

Dia 24

* Newton Cruz anuncia que vai processar o delegado Ivan Vasquez por calúnia, injúria e difamação. Como testemunhas neste processo que moverá contra o delegado que investiga seu envolvimento no assassinato de Baumgarten, Newton Cruz levará o presidente José Sarney, o ex-presidente Figueiredo e o ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves.

Dia 25

* A tortura matava, há 10 anos, o jornalista Vladimir Herzog. Ele morreu nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, cujo comando, na época, alegou suicídio. Mais tarde, a união foi obrigada a indenizar sua família por tê-lo assassinado.

Dia 23

o O Grupo 14 da Fiesp diz aos metalúrgicos que aceita a redução da jornada de trabalho de 48 para 45 horas semanais. Mas impõe as seguintes condições: as 45 horas devem ser efetivamente trabalhadas, descontando os intervalos; os trabalhadores devem se comprometer a ficar de dois a três anos sem reivindicar novas reduções; e a exclusão das pequenas empresas dessa cláusula.

Dia 3

o Ministério do Trabalho reconhece a existência de trabalho escravo em fazendas brasileiras, principalmente no norte e nordeste do País, mas diz que não tem dinheiro para combater a escravatura.

Metalúrgicos gaúchos, a favor da CUT e contra o pacto

Mais de 40 mil operários, de seis municípios gaúchos, vão eleger de 2 a 6 de dezembro, os novos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores em indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre. Eles vão optar entre as três chapas concorrentes: Chapa 1, da situação, ligada à CONCLAT, PCB e MR-8; Chapa 2, apoiada pelo PC do B; e, Chapa 3, de Oposição, que conta com o apoio da CUT.

A Chapa 3, liderada por

Jurandir Damin, é composta também por Flávio Carvalho, Marilane Teixeira, Efraim da Silva, Antônio Cezar, Breno Barbosa e José Stédile. A Chapa de Oposição Metalúrgica defende a participação dos 90 mil metalúrgicos da Grande Porto Alegre junto à CUT e se posiciona contrária ao pacto social proposto pelo governo Sarney. A sua plataforma de lutas inclui ainda a democratização da entidade e o uso de seu patrimônio em benefício da categoria.

Líder da CUT assassinado

Nativo da Natividade Oliveira, brasileiro, casado, 32 anos, pai de dois filhos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde (Goiás) e secretário-geral da CUT no Estado, foi assassinado no dia 23 de outubro. Nativo foi morto com cinco tiros, disparados por um pistoleiro desconhecido, quando deixava o Sindicato que dirigia.

Eleito em junho para presidir o sindicato de sua categoria, Nativo foi sepultado sob as manifestações de protesto lideradas pela Central

Única dos Trabalhadores, Pastoral da Terra e Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás, que culpavam os "poderosos da cidade" pelo desaparecimento do líder sindical.

O assassinato de Nativo ocorreu a menos de um mês depois que os fazendeiros de Goiás, numa iniciativa da Federação da Agricultura daquele Estado e do Distrito Federal, arrecadaram mais de um bilhão de cruzeiros em um leilão de bois para aquisição de armas.

Um novo livro de Ohlweiller

"Evolução econômico-social do Brasil" é o novo livro de Otto Alcides Ohlweiller e está sendo lançado pela Editora Tchê, de Porto Alegre. Nesta obra, Ohlweiller analisa todos os períodos da história do País, desde a descoberta até a "Nova República", dentro do contexto do correspondente estágio da evolução orgânica do capitalismo em escala mundial.

Sugestões de leitura

PREÇOS DE LIVROS À DISPOSIÇÃO EM NOSSA EDITORA

PARA VENDAS DIRETAS

Agora e na Hora de Nossa Morte	Cr\$ 19.000
Projeto Jari, A Invasão Americana	Cr\$ 12.000
Testamento Sob a Força (Júlio Fuckik).....	Cr\$ 15.000
Intr. a Crít. do Dir. do Trabalho (Tarso F. Genro).....	Cr\$ 12.000
Contrib. à Crít. do Direito Coletivo do Trabalho (Tarso F. Genro).....	Cr\$ 15.000
Materialismo Histórico e Crise Contemporânea (Otto Ohlweiller).....	Cr\$ 40.000
Moçambique, a Caminho do Socialismo (Tarso F. Genro).....	Cr\$ 8.000
Palestinos, Os Novos Judeus (Helena Salem).....	Cr\$ 14.000
Problema Agrário (Lênin).....	Cr\$ 12.000
A Reforma Tributária de 1966 (Fabrício A. de Oliveira).....	Cr\$ 16.500
A Questão Agrária (Carlos Maringhella, Paulo Schilling e Outros).....	Cr\$ 18.000
A Igreja dos Oprimidos (Antônio C. Moura, Helena Salem e Outros).....	Cr\$ 21.000
Princípios de Economia Política — 4 volumes (Lapudis e Ostrovianov).....	Cr\$ 36.000
Abertura Histórica de Uma Crise (Bernardo Kucinski).....	Cr\$ 17.000
Sangue da Terra, a Luta Armada no Campo (Murilo Carvalho).....	Cr\$ 18.000
Revista Praxis nº 2.....	Cr\$ 16.000
Lênin, Coração e Mente (Adelmo Genro Filho e Tarso F. Genro).....	Cr\$ 16.500

NOVOS TÍTULOS

A Falência da II Internacional (Lênin).....	Cr\$ 12.000
A Comuna de Paris (Marx/Engels).....	Cr\$ 10.000
1905 — Jornadas Revolucionárias (Lênin).....	Cr\$ 12.000
O Papel da Cultura nas Ciências Sociais (Engels).....	Cr\$ 12.000
Sobre os Sindicatos (Lênin).....	Cr\$ 19.500
Últimos Escritos/Diário das Secretárias/Testamento Político (Lênin).....	Cr\$ 12.000

PARA VENDAS DIRETAS E EM LIVRARIAS

Teoria & Política Nº 1.....	Cr\$ 15.000
Teoria & Política Nº 2.....	Cr\$ 15.000
Teoria & Política Nº 3.....	Cr\$ 19.000
Teoria & Política Nº 4.....	Cr\$ 18.000
Teoria & Política Nº 5/6.....	Cr\$ 19.000
Teoria & Política Nº 7.....	Cr\$ 18.000

Peça pelo Reembolso Postal à Editora Outubro Ltda.
Rua Santo Antônio, nº 446 — cj. 91 — CEP 01314
Bela Vista — São Paulo — SP — Caixa Postal 65-138 Fone: 32.4685

Greve em São Paulo:

O resultado da greve dos metalúrgicos em São Paulo foi o desgaste de Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, o fortalecimento da CUT, que dá mais um passo efetivo como órgão dirigente das lutas sindicais, o entendimento da importância da campanha salarial unificada e da necessidade de "invadir" as bases dos sindicatos paulistas, disputando com as diretorias pelegas.



Antonio Lúcio — E. de São Paulo

A CUT ganha força e abala os pelegos

O mês de novembro em São Paulo sempre foi marcado pelas preocupações dos capitalistas. Nele se concentra a data base de inúmeras categorias de trabalhadores. Principalmente neste ano existem ainda mais motivos para que estes donos de indústrias durmam noites mal dormidas.

No dia 31 de outubro, na rua do Carmo, centro velho de São Paulo, cerca de 9 mil metalúrgicos reunidos discutem a proposta do patronato. E de súbito uma vaia se alastra, demorada e insistente. É a recepção costumeira dos operários ao mais famoso pelego deste país: Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão. Em seguida a decisão: greve a partir do dia 5 de novembro. No mesmo dia, em Guarulhos, a decisão foi igual. E depois vieram os químicos de São Paulo e ABC, os plásticos, os gráficos, os marceneiros, os metalúrgicos da COSIPA em Cubatão.

A CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA

Era o resultado da campanha salarial unificada, iniciada pela CUT em julho deste ano. De lá para cá muita água correu debaixo da ponte. Tanta que ameaçou de afogamento alguns pelegos ligados ao CONCLAT. Milhões de panfletos exigindo trimestralidade, aumento real de salários de 20 por cento, redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salários entre outras reivindicações foram distribuídas nas bases de uns 30 sindicatos paulistas, disseminando o movimento por várias regiões de São Paulo. Proclamavam também a necessidade da unificação da luta e convocavam reuniões para discutí-las. O efeito disto tudo pode ser medido pelas irritadas perguntas do vice-presidente de Joaquinzão, Luiz Antonio Medeiros em uma reunião unitária dos dirigentes sindicais: "que locais são estes para onde estão convocando estas reuniões?" Eram as sub-sedes da CUT nas diversas regiões de São Paulo.

A CUT havia conseguido ferir os pelegos no seu calcanhar de Aquiles: dirigir-se diretamente às bases dos seus sindicatos divulgando suas propostas e chamando à campanha unificada. Os pelegos foram obrigados a aderir: temiam desgastar-se ainda mais.

Somadas, as categorias que se defini-

ram pela greve representam mais de 550 mil trabalhadores mobilizados. Antes mesmo de deflagrada a greve, a CUT já podia falar em algumas vitórias: havia consolidado, entre parcelas, importantes dos trabalhadores paulistas a necessidade da campanha unificada.

Além disto soube aglutinar, inclusive, categorias com menor tradição de luta como os padeiros e os trabalhadores na indústria do couro. Tudo isto contribuiu para o irrompimento de uma crise na diretoria do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. Joaquinzão, em função de seu desgaste — constantemente era vaiado em assembléias — passou a ter seu nome questionado pelos próprios companheiros da diretoria. Porém, a gota d'água foram suas declarações contra a trimestralidade. "Assim não há quem agüente", explodiu o vice-presidente, Medeiros. E, junto com outro diretor, Geraldo Magela, liderou um movimento para que Joaquim ficasse fora da comissão de negociações, chegando quase a denunciar seu aliado na assembléia. Não precisou chegar a tanto. Há quem diga que a calma retornou depois de uma permuta: em troca do apoio à candidatura de Joaquim à Assembléia Constituinte, Medeiros teria garantida a presidência do sindicato.

E, assim, pacificada, mas pisando em ovos, os dirigentes do sindicato prepararam-se para a assembléia. Horas antes alguns deles chegaram a declarar-se favoráveis à proposta patronal. Na hora H, sentindo o clima e a disposição dos trabalhadores, recuaram: em peso defenderam a greve. Até porque os pelegos não estavam dispostos a fortalecer ainda mais a CUT.

A TÁTICA DOS PATRÕES

Os patrões, por seu lado, também trataram de estabelecer sua tática. Recusaram-se a negociar centralizadamente as reivindicações comuns a todas as categorias. E para não fugir à rotina, ao lado de declarações em favor da negociação e da democracia, não esqueciam das ameaças e intimidações. Para começar, logo após a decretação da greve, Roberto Della Manna, do Grupo 14 da FIESP (indústrias metalúrgicas) e Feres Abujamra, do Grupo 10 (indústrias químicas) declararam encerradas as negociações. Em seguida solicitaram ao governo Montoro proteção policial para garantir o patrimônio das empresas.

A Nova República preocupada sobre o modo com as repercussões eleitorais das greves, enviou o ministro do trabalho, Almir Pazzianotto, para negociar.

E o espírito conciliador do Ministro do Trabalho parece ter contagiado até mesmo ao intransigente Della Manna. Ele resolveu negociar: "os empresários estão dispostos a modificar sua proposta: reajuste com base no INPC integral para todos, 12 por cento de aumento real, uma antecipação trimestral em fevereiro e redução gradativa da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais até junho de 1987.

CLIMA DE BOM SENSO

Aliás, este clima de "bom senso" parecia originar-se no próprio Palácio do Planalto. O Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, por exemplo, fazia questão de enfatizar que "as greves não estavam preocupando imediatamente os militares". Já Sarney, embora também fizesse questão de aparentar tranqüilidade, mantinha um telefone em linha direta com o SNI e outro com Pazzianotto. Enquanto isto, em São Paulo, Montoro, colocava 10 mil policiais na rua, advertindo-os de que não aceitassem provocação e que dessem todas as garantias aqueles que "desejassem ter assegurado seu direito ao trabalho". Por sua vez, Fernando Henrique Cardoso, candidato do PMDB à prefeitura de São Paulo, afirmava: "É necessário desvincular o governo do conflito, se quisermos avançar no caminho democrático". Desta forma buscava afugentar o fantasma desastroso dos "cassetetes democráticos". Qualquer repressão aos grevistas enterraria definitivamente as pretensões eleitorais de Cardoso, — e os pemedebistas sabiam disto. Daí porque os empresários reclamaram em vão pelotões da polícia para reprimir os piquetes.

AS DIVERGÊNCIAS SINDICAIS

"Se o pessoal da CUT se meter a parar metalúrgicos vai ter pau". Esta incisiva advertência de um dos membros da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, sintetizava todas

as divergências que haviam se acumulado entre as duas entidades sindicais ao longo da preparação e do encaminhamento da greve. Enquanto a CUT tomava a iniciativa e "puxava" o movimento, avançando sobre as bases sindicais da CONCLAT, fazendo com que ficasse cada vez mais nítida a pouca disposição de luta do "pessoal" ligado à Joaquinzão, estes últimos, eram praticamente empurrados para o confronto com uma nítida má vontade. Tanto que suas declarações expressavam um inevitável paradoxo: sempre que se referiam a importância da greve, não deixavam de assinalar também que "a categoria sabe que não é hora de loucuras nem de aventuras". Antonio Rogério Magri, Presidente do Sindicato dos Eletricistas, um dos coordenadores do CONCLAT, parecia ter se especializado em uma dupla tarefa: elogiar o comportamento da polícia, e acusar a CUT "por ter incentivado uma greve entre várias categorias sem dimensionar sua capacidade de mobilização, além de ter desrespeitado as "nossas" áreas, tentando entrar nas "nossas" bases. Aliás, esta "patriótica" disposição de defender as "fronteiras" das bases da "invasão" da CUT era expressa pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em uma sintomática palavra de ordem: "Apoio sem interferência, solidariedade sem intromissão". Como se vê, os pelegos tentavam a todo custo "proteger" os seus currais, até mesmo inventando lemas. E, inclusive, alegando razões "éticas". Porém, não conseguiam convencer. "Nosso compromisso é com a classe trabalhadora e não pactuamos com direções sindicais pelegas", afirmou Paulo Renato Paim, secretário geral da CUT. "Falta de ética é um dirigente dos trabalhadores fazer o jogo dos patrões", finalizou.

Antes mesmo de ter sido encerrada a greve dos metalúrgicos de São Paulo, no dia 6 de novembro, o próprio governo do Estado de São Paulo, alimentava um indisfarçado otimismo de que o impasse se solucionaria a curto prazo. Em primeiro lugar, já era visível que não existiam diferenças significativas entre as pretensões dos metalúrgicos e a contraposta patronal. E o Tribunal Regional do Trabalho poderia aparar estas arestas, como realmente fez. E por fim havia outra interpretação unânime: "o Joaquinzão apenas tinha proposto a greve por uma questão de disputa com a CUT". Disputa que, aliás, perdeu.

O latifúndio sorri aliviado

Com a divulgação do novo PNRA a Nova República deixa clara a sua opção: as grandes propriedades rurais continuam intocáveis e os grandes proprietários tranqüilizados.

O primeiro impacto causado pela versão definitiva do Plano Nacional de Reforma Agrária estourou dentro do próprio governo.

"Isto é um passo atrás em relação ao próprio Estatuto da Terra", disse José Gomes da Silva, presidente do INCRA e, ato contínuo, se demitiu. Seu gesto não apenas foi imediatamente absorvido, mas recebido com alívio. "Vamos pensar logo no substituto", foi a lacônica resposta de Sarney ao receber a notícia.

As modificações ocorridas no texto conseguem fazer com que esta versão do PNRA seja ainda mais tímida do que a divulgada em junho pelo ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro. Assim, se aquela, imediatamente, estimulou um estridente protesto dos latifundiários, esta mais recente foi recebida com sorrisos e concordâncias. Fábio Meirelles, por exemplo, presidente da Federa-

ção da Agricultura do Estado de São Paulo, FAESP, considerou o plano como "altamente positivo", afirmando, ainda, que "os fantasmas estavam exorcizados".

dos latifundiários, a Nova República foi ainda mais longe: criou o Grupo Intermistrial de Trabalho, GIT. A sua função é definir as áreas para a desapropriação e é coordenado (vejam só quem está de volta) pelo Conselho de Segurança Nacional. O autor da proposta foi o próprio secretário-geral do CSN, general Rubens Bayma Denys. Segundo Denys, o GIT terá a tarefa de propor "ações de governo destinadas à fixação do homem no meio rural". Em outras palavras: o Estado passa a fixar as fronteiras políticas em que será permitido o tratamento da questão fundiária.

SUPRIMINDO AS DIFERENÇAS

Desta forma levou-se paz às noites latifundiárias. Ao mesmo tempo, a Nova

de desapropriação, e, inclusive, poderiam contar com a participação dos camponeses e trabalhadores rurais na sua elaboração. Era um passo grande demais para as democráticas pernas da Nova República. E assim é que a caduca legislação do regime militar, elaborada, como se sabe, sob o calor do combate ao "comunismo internacional", de repente, torna-se "moderna e avançada demais" para os modernos e avançados homens desta moderna e avançada república.

No entanto as divergências dos novos republicanos com o Ancien Regime terminam por aqui. Duas teclas fundamentais em todos os planos fundiários do regime militar voltaram a ser arduamente tocadas pelo Sr. Sarney e seus comandados: a tributação e a colonização. Contudo, a sinfonia desafinou novamente. Foram as próprias autoridades do INCRA que denunciaram os latifundiários por burlarem os impostos. Apenas em um ano, 1983/84, no Rio Grande do Sul, deixaram de ser recolhidos impostos no valor de 6 bilhões de cruzeiros devidos por proprietários de terras acima de 500 hectares. Esta é uma pálida amostra, mas serve como uma nítida referência do que é o panorama fundiário deste país.

Os projetos de colonização sempre foram apresentados como uma espécie de substitutivo "não doloroso" aos "radicalismos" da reforma agrária.

Porém, durante vários governos, ao longo de 50 anos "indolores" a que resultado se chegou? 76 mil famílias assentadas.

VOLTANDO À RIBALTA

E eis, que na nova redação do PNRA, a colonização — que era considerada como secundária na versão original — volta à ribalta: o assentamento em terras públicas tornou-se, agora, preferencial. E então foi a vez do próprio ministro, Nelson Ribeiro, perder o rumo diante de manobras tão bruscas. Depois de declarar que "não é uma solução fazer assentamentos em lugares inadequados só porque a terra é pública", Ribeiro foi obrigado a uma rápida correção de rota. "As modificações são apenas didáticas", afirmou, ao comentar o novo documento.

Ora, toda a algazarra feita pelos latifundiários em torno do primeiro PNRA não pode ser explicada por incompreensões semânticas acerca do texto do plano. Seu instinto de classe, que se acende imediatamente quando fareja alguma ameaça às suas sagradas posses, lhes indicava que o problema não se resumia a questões didáticas.

DOMÍNIOS PROTEGIDOS

Tanto é que agora estão calmos. Exatamente porque as modificações "di-

dáticas" da Nova República acabaram com estas ameaças. As grandes propriedades privadas estão a salvo, no texto da lei. Toda a ênfase, agora, recai sobre as terras do Estado.

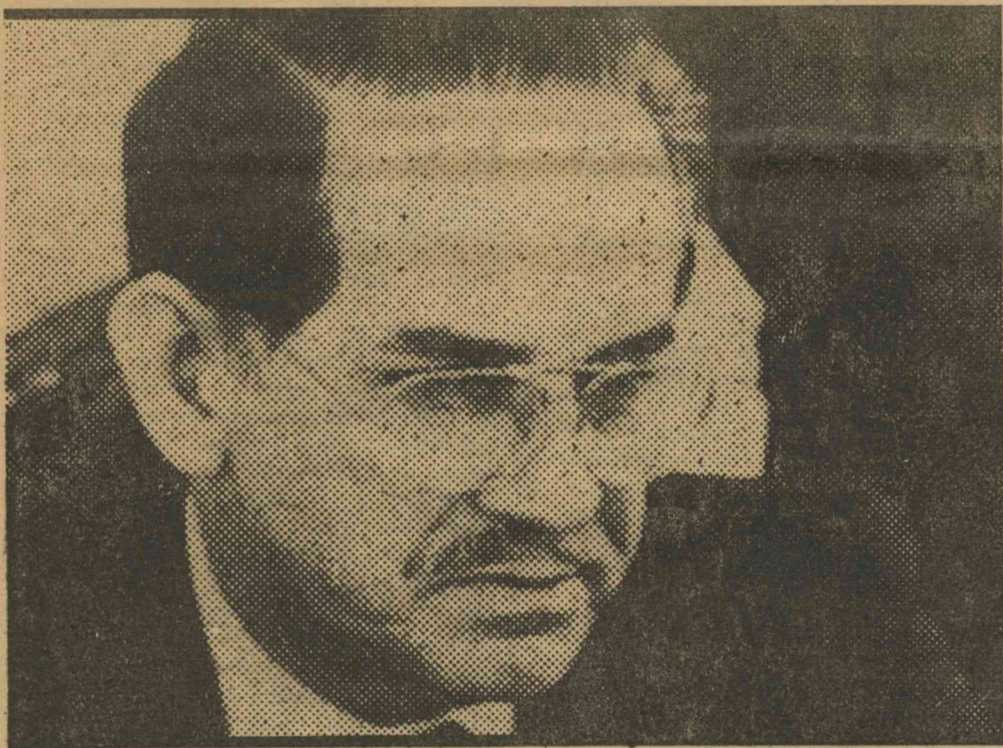
Entretanto, no quadro fundiário brasileiro, tais terras são absolutamente insuficientes para enfrentar a magnitude da questão. Nem de longe suas áreas aproximam-se das dimensões dos latifúndios que ocupam quase 50 por cento da área recenseada, significando, contudo, apenas 0,9 por cento do total das propriedades.

Aliás, o próprio presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, Ary Marimon, apesar de acompanhar a maioria de seus colegas no apoio ao novo plano, não deixou de lançar uma incômoda e inquietante questão: "quero saber onde serão assentados os sem-terra gaúchos, já que aqui no Rio Grande do Sul. Não existem terras públicas suficientes". Nem no Rio Grande do Sul, nem nos demais estados, esqueceu-se de acrescentar. Porém, este, sem dúvida, é um detalhe que não convém ser lembrado. Afinal, para que cumprir o papel de desmancha-prazeres? Os latifundiários estão com os dentes à mostra, num largo sorriso. E, como se viu têm razões de sobra para isso. "A identidade de opiniões entre os documentos elaborados pelo Conselho de Segurança Nacional e pela Confederação Nacional da Agricultura é de tal sorte que chegam ao ponto de quase repetir frases inteiras sobre o que deve ser a futura reforma agrária . . ."

SONHOS E NUVENS NEGRAS

A partir disto não parece ser muito arriscado profetizar sonhos tranqüilos aos grandes proprietários e à Nova República. Afinal, os interesses dos donos das terras, como nos bons tempos do regime militar, praticamente voltaram a ser considerados "questões de segurança nacional".

Mesmo assim, algumas nuvens negras começam a se acumular nestes horizontes de tranqüilidade. "A reforma agrária só virá pela organização e resistência dos trabalhadores e pela invasão de terras", "se nada for feito pelo governo para resolver nossa situação tomaremos medidas extremas e o responsável será o próprio governo por não ter tido coragem de desapropriar os latifúndios. Então invadiremos e será uma invasão de massas e, depois que estivermos dentro, quem chegar é inimigo . . ." Estas são algumas frases pronunciadas pelos líderes do movimento Sem-Terra — que vem se repetindo cada vez mais depois da divulgação do Plano. Paralelamente, a CUT compromete-se a apoiar uma escalada de invasões de terras, programadas para o próximo mês em 12 estados brasileiros. Bons sonhos, portanto, senhores da Nova República e senhores do latifúndio. Talvez eles não durem muito . . .



NOITES SEM FANTASMAS

Por certo os fantasmas que habitavam as noites de Meirelles e seus colegas latifundiários não eram os dos camponeses e posseiros assassinados pelos fazendeiros e seus jagunços. Apenas em um ano, 1984, foram mortos 116 lavradores em cerca de 500 conflitos que envolveram 70 mil famílias. O que lhes causava insônia era um capítulo do antigo PNRA: referia-se a desapropriações por interesse social, e chegava a definir as áreas consideradas prioritárias para as desapropriações. Agora eles puderam voltar a dormir em paz: tudo isto foi retirado do novo texto. E, para garantir definitivamente o sono

República suprimiu a única expressiva diferença que existia nos seus planos com relação aos do regime militar. Ou melhor, restaria ainda a desapropriação dos latifúndios improdutivos. Também esta diferença foi eliminada. O novo plano apenas permitirá desapropriar a "fração improdutiva" destas terras.

Resta a pergunta: E quem define o que é fração improdutiva? Nada mais nada menos que o próprio Sarney, assessorado de perto, bem entendido pelo GIT e pelo Conselho de Segurança Nacional.

Eis aí como se volta atrás do próprio Estatuto da Terra. De fato: uma simples cláusula já demonstra como o Estatuto "do Castelo" era mais avançado do que a legislação agora divulgada. Pelo Estatuto os Planos Regionais de Reforma Agrária é que possuíam a atribuição de definir as terras improdutivas, passíveis

Sem-terra

No Rio Grande do Sul a primeira invasão

“Só consegui um saco e meio do produto”. Essa era uma das senhas usadas por agricultores sem-terra em mais de 50 municípios do Alto-Uruguai gaúcho, numa operação sigilosa que terminou com a invasão da fazenda Annoni, no dia 29 de outubro, por 10 mil colonos. A Brigada Militar não teve tempo de intervir. Entre os sem-terra acampados uma idéia predomina: “a reforma agrária somos nós que fizemos”.

Uma fulminante invasão de dez mil pessoas rompe as cercas do latifúndio Annoni, de 9.500 hectares de terra, em Sarandi, na zona gaúcha do Alto Uruguai, distante 300 quilômetros de Porto Alegre. Foi a primeira grande invasão de terras após oficializado o Plano de Reforma Agrária. A invasão ocorreu na madrugada do dia 29 de outubro e pegou de surpresa os ativos pelotões da Brigada Militar, que não contiveram os caminhões, ônibus e carros particulares que conduziam, camuflados como carga de trigo, os colonos sem-terra.

Para que isso ocorresse, o Movimento dos Sem-Terra teve que criar códigos, senhas e sinais entre os colonos, pois o fator surpresa era parte essencial na invasão. O plano iniciou em julho, quando quinze mil pessoas se reuniram em Palmeira das Missões e fixaram a data limite das negociações para o dia 20 de setembro. As autoridades estaduais e federais não tinham propostas. A solução, exigida pelos colonos em passeata em frente ao INCRA, em Porto Alegre, no dia 7 de setembro, apontava para a ocupação das terras.

As terras da fazenda Annoni encontram-se em litígio entre a família proprietária e a União há 12 anos, quando foi desapropriada pelo INCRA para reassentamento de colonos da região. No Alto Uruguai gaúcho é grande a mobilização nas zonas rurais e a área constitui-se foco de atenção dos grandes proprietários. Ronda Alta, famosa por seus acampamentos, está distante pouco mais de dez quilômetros da fazenda Annoni. Também nesta região surgiu o PUR (Pacto de Unidade e Resposta Rural), organização política e paramilitar dos fazendeiros, que não toleram os vagabundos colonos cobijando as ricas granjas e pastagens.

Com a notícia da ocupação, mais de 1.500 trabalhadores sem-terra chegaram à área. Em negociações, o Movimento Sem-Terra/RS e o Governo acertaram que ninguém mais entraria na fa-

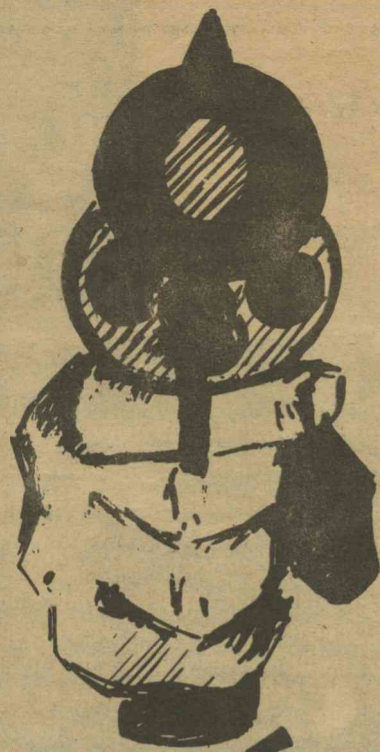
zenda. Assim logo depois, outro acampamento havia se formado na estrada, onde os colonos protestavam, não admitindo serem barrados por “gente igual a nós”.

Na fazenda Annoni, mais de mil barracas, de todos os tipos e tamanhos, abrigam as famílias. Nos primeiros dias, a falta de água e problemas de saúde preocuparam os agricultores. Já no terceiro dia houve falta de alimentos, mesmo com uma ração composta por feijão, arroz e mandioca. O leite é racionado. O suprimento é feito através de doações ou pelo envio de comida por parentes dos acampados.

A situação deve continuar assim por mais um mês. Enquanto isso, a cada notícia de evacuação da área pela BM, a multidão se reúne para proteger (e proteger-se) a terra ocupada. “A reforma agrária somos nós que vamos fazer”, entendem os acampados. E com esse ânimo preparam-se para enfrentar o tempo. Entre eles o pensamento sobre a solução do acampamento é um só: a Nova República deixar passar as eleições para enfrentar o problema, também com violência militar.

E a esperança em vencer esta primeira luta e conquistar a terra onde plantar se manifesta na melhoria dos alojamentos. As barracas foram remanejadas e consertadas. As armações fortalecidas. Os colchões deixaram o chão e subiram para jiraus feitos com paus irregulares. Centenas de fogos-de-chão aquecem panelas e chaleiras de ferro.

Em frente às barracas e em diversos locais da fazenda Annoni a terra está sendo revolvida. Começam a surgir as hortas. Alguns falam em trazer bois ou mesmo tratores para iniciar a produção de forma mais racional. Facões e foices limpam não apenas o acampamento, mas várias zonas. E uma velha camponesa construiu um arquitetônico fogão de barro. Como quem vai cozinhar por muito tempo...



LATIFÚNDIO ARMADO

Fazendeiros vão formar um exército

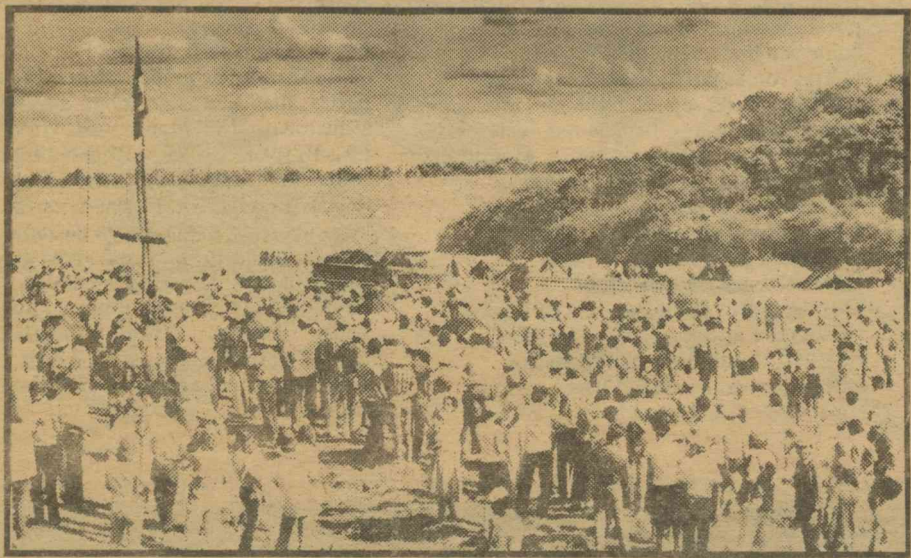
Os fazendeiros vão criar uma força paramilitar a fim de se defenderem dos invasores de terras. Será composta de oficiais aposentados do Exército e da PM. Segundo os latifundiários, “a culpa é do governo que se omite diante das ocupações de terras particulares”. Diante deste quadro, “eles acabaram se cansando, decidindo, então, organizar um corpo de segurança próprio”. Só na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, se verificaram duas invasões nos últimos 12 dias: há notícias de que ocorrerão outras.

A idéia da instituição da força paramilitar foi anunciada já no início de 1984, após ocupações de algumas fazendas e o acolhimento dos sem-terra pelo governo de São Paulo. Os fazendeiros estão alarmados porque as operações poderão se alastrar a outros estados, “e a única forma de impedir isto, dizem, é a gente se armando e juntando um pessoal disposto a brigar”. A idéia não é nova: logo depois da divulgação do texto inicial do PNRA, os latifundiários começaram a juntar fundos destinados a compra de armamentos. Ao mesmo tempo constituíram verdadeiras milícias para protegerem suas propriedades. Aliás, ficou célebre, a realização de um leilão de gado que rendeu alguns bilhões de cruzeiros, exatamente, para cumprir

estas finalidades.

É verdade que nem todos os proprietários de terras possuem ânimos tão belicosos. Ari Marimon, presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, FAR-SUL, afirma, por exemplo, que “não apóia o armamento dos fazendeiros nem a constituição de forças paramilitares” mas não esquece de assinalar que “o direito de propriedade deve ser defendido”. Além disto, Marimon, mostra-se bastante preocupado porque “estão sendo aliciados trabalhadores rurais para participar de novas invasões de terras”. E mesmo sem citar nomes disse que “a CUT, chegou a comprometer-se publicamente com o apoio político e material as invasões dos latifúndios”.

Como se vê, o presidente da Farsul, aprecia sutilezas. Porém nas suas declarações sobre o envolvimento da CUT nas atividades dos camponeses ele não necessita ser sutil: a própria entidade, assume o apoio a luta dos sem-terras, e o considera um dos pontos mais importantes de seu programa. Porém resta ainda uma pergunta: como Marimon iria traduzir na prática, o direito de defesa da propriedade? Com o armamento dos latifundiários e a constituição de forças paramilitares? De qualquer maneira, em breve, saberemos a resposta.





O PIC de Brasília:

Mais um capítulo da repressão política

A história da repressão política no Brasil pode ser desenhada como um triângulo: seus vértices mais importantes se localizaram na Operação Bandeirantes em São Paulo, no DOI-CODI do Rio de Janeiro e no Pelotão de Investigações Criminais, PIC, em Brasília.

Ligados à história destes organismos estão o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, na OBAN, o brigadeiro Burnier, no DOI-CODI- do Rio e o general Antonio Bandeira no PIC.

Abaixo, uma parte da história do PIC e do papel desempenhado por Bandeira.

O Pelotão de Investigações Criminais de Brasília, PIC, só começou a ganhar notoriedade a partir de 1972, quando a guerrilha do Araguaia foi descoberta. O general Antônio Bandeira, porém, começou a celebrar-se 8 anos antes, em 1964. Ele foi um dos que comandou a repressão desencadeada, logo depois do golpe de abril, sobre o Partido Comunista Brasileiro em Pernambuco. Seu zelo no cumprimento da tarefa pode ser testemunhado publicamente: Gregório Bezerra, militante histórico do PCB, foi arrastado pelas ruas do Recife, amarrado a um jipe do exército, depois de ter sido sequestrado dias e dias. Quando a guerrilha foi descoberta, Bandeira foi um dos comandantes militares destacado para enfrentá-la. Neste momento sua vida associa-se à do PIC e vice-versa. Bandeira não era o chefe do PIC, seu cargo era o de Comandante da Brigada de Infantaria em Brasília. No entanto, sua presença no Pelotão era tão cotidiana que muitos prisioneiros nunca chegaram a saber o nome do verdadeiro comandante do PIC — um Coronel conhecido pelo nome de Aldo — mas não hesitam em denunciar o General.

No PIC todos os prisioneiros eram obrigados a usar capuz quando iam para as sessões de interrogatório. Como podiam, então reconhecer Bandeira, e, ainda mais, saber que o seu posto era o de General? Muito simples: cada entrada sua nas dependências do PIC era saudada pela guarda com o toque característico dedicado aos oficiais generais. (Aliás, afirmam os prisioneiros, este era o sinal de que "a barra ia pesar"). Além disto,

Bandeira era facilmente identificado pela voz, com um forte sotaque nordestino.

E possuía também uma outra inconfundível marca registrada: sempre se fazia acompanhar por um cão policial.

Durante os interrogatórios, o animal rondava os prisioneiros, rosnando surdamente, ameaçando atacá-los a qualquer momento. Os depoimentos que recolhemos são unânimes em confirmar estes fatos. Há, no entanto, uma nota pitoresca: se ninguém discorda quanto a participação direta de Bandeira nas sessões de tortura, não se chega a um acordo sobre o nome do cão do general.

Uns dizem que se chamava "Chico", outros "Cacique", enquanto o próprio Bandeira, buscando irocentar-se das acusações que lhe são feitas, afirma que seu animal de estimação atendia pelo nome de Átila. Declaração que imediatamente fez com que o jornalista Altino Dantas — que havia sido "hóspede" do general Bandeira no PIC e, portanto, travado conhecimento com o cão — enviasse uma correspondência ao animal desculpando-se pela indelicadeza de ter trocado seu nome.

Além do cão, Bandeira possuía também outras "preferências": ele gostava de reunir vários prisioneiros em uma mesma sala, obrigando-os a permanecerem de cócoras durante várias horas, enquanto ia ordenando: "pendura este aqui", "põe no choque aquele lá", "dá um caldo naquele outro".

Mas o General também participava dos interrogatórios e torturas individuais.

"Várias vezes em que fui torturado, o Bandeira estava presente, estimulando seus homens, às vezes xingando-os de frouxos e de não saberem fazer o serviço direito", denuncia o deputado federal José Genoíno Neto, que permaneceu no PIC durante 9 meses, de abril de 1972 a janeiro de 1973. Durante todo este tempo ele nunca saiu da cela sem capuz, permanecendo sempre na solitária. Apenas durante uma semana, pouco antes de ser transferido para a OBAN, em São Paulo, é que foi levado às celas coletivas.

Bandeira, não apenas participava das sessões de tortura, também a justificava: "Tem que torturar, isto aqui é uma guerra. Ao invés de ficarem fazendo a luta pacífica no PMDB e na Arena, estes comunistas inventam de se meter na guerrilha, daí tem mesmo é que



Gen. Antonio Bandeira

descer o cacete", afirmava ele aos gritos pelos corredores do PIC.

Entretanto, a enfermeira Criméia Schmidt, aprisionada em São Paulo, e transferida em janeiro de 1973 da OBAN para o PIC não chegou a ouvir estas fofosas exclamações do general.

Ao contrário, o que lhe disseram "é que aqui ninguém é torturado". Grávida de 7 meses, Criméia, na verdade não podia ser submetida a torturas físicas. "Eles tinham muito medo que eu abortasse, com consequências imprevisíveis naquele estado de gravidez", diz ela.

Por isso, escolheram formas mais "amenas". "Duas vezes me levaram para um lugar que suponho fosse o Ministério do Exército. Ficava na esplanada em Brasília (sei porque levantei um pouco o capuz). Ali me colocaram numa enorme sala toda branca, sem nenhum móvel, cadeira, mesa, nada.

A sala era um fomo e com uma iluminação de enlouquecer. O oficial que me conduziu até ali disse que já voltava. Não voltou. Eu acabei perdendo a noção do tempo e, para fugir a todo aquele clarão fui obrigada a permanecer agachada como um animal, apoiada nos joelhos e nos cotovelos por causa da gravidez que me impedia de deitar de bruços. Isto durou um dia inteiro, porque quando vieram buscar-me já era noite.

Registre-se a boa educação do oficial, diz Criméia com um sorriso irônico, ele desculpou-se afirmando que tinha tido um dia cheio, e por isto esquecera de mim".

"Contudo, conta Criméia, o que foi duro mesmo, foram os interrogatórios a guerrilha. Eram projetados, durante horas e horas, slides em tamanho natural da cabeça e dos corpos dos meus companheiros e na projeção um soldado ia tirando de um saco de plástico preto, uma a uma, as cabeças cortadas deles, enquanto uma voz perguntava sempre no mesmo tom, se eu as reconhecia.

Quando terminavam os slides começavam tudo outra vez." Sem nenhum grito, nenhuma ameaça, nenhum espancamento cão enraivecido: é que no PIC do general Bandeira "nenhum era torturado".

Depois deste período em que praticamente comandou o Pelotão em Brasília, o general Bandeira continuou sua trajetória. Foi comandante do Departamento da Polícia Federal em Brasília, chefe da IV Divisão do I Exército em Belo Horizonte, onde conseguiu acumular algumas suspeitas de ter participado da celebre "Operação Cristal" que pretendia desestabilizar a distensão de Geisel, até chegar ao comando do III Exército na região sul.

Não foi agraciado com nenhum posto militar no exterior, e, apanhado pela aposentadoria compulsória, vive hoje na sua terra natal a Paraíba. Lembrando, quem sabe, suas façanhas militares na "guerra" do Araguaia, ou ensinando seu cão (Átila?) a cumprir tarefas menos belicosas e mais prosaicas como arrebanhar as galinhas ao anoitecer.

Resta saber se novamente será necessário outro "escândalo", a exemplo do de Ustra, para que o general Antônio Bandeira seja perturbado na sua pacífica impunidade, e passe a ocupar o lugar que há muito tempo o aguarda: o banco dos réus?

Esta resposta depende de todos nós, e, principalmente, do movimento "Tortura nunca mais".

Não vamos assinar nenhum pacto com o governo

Jair Meneghelli, presidente da CUT, fala das reuniões com os ministros do Trabalho e da Fazenda, Almir Pazzianotto e Dilson Funaro: "o governo sabe que não é possível tomar qualquer atitude em relação aos trabalhadores se a CUT não estiver sendo ouvida".

Ele explica como começou a campanha salarial unificada em São Paulo, fala da greve geral, do pacto e da unificação entre a CUT e o CONCLAT.

Qual foi o significado da reunião da CUT com os ministros Almir Pazzianotto e Dilson Funaro?

Jair Meneghelli: Esperávamos muito mais. Esperávamos que eles tivessem intenção de resolver a crise. Nós queremos acreditar que o governo está interessado em resolver os problemas da classe trabalhadora e de todo o povo. Mas, até aqui não sentimos esta vontade. O que eles propõem é muito pouco. Falar em criar empregos sem dizer de que forma serão criados, e qual a quantidade é coisa muito genérica. A proposta do INPC a 100 por cento não tem sentido nenhum. Todas as categorias já têm conseguido isto através da negociação direta.

Nós temos propostas que trariam resultados imediatos. Por exemplo: redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais. Com esta medida, a redução da jornada de cada cinco trabalhadores possibilitaria o emprego de mais um. E isto nós provamos a eles: a Volkswagen, quando reduziu, há dois meses, a jornada de 47 horas e meia para 43 horas e meia, empregou mais nove mil trabalhadores.

Outra seria a Reforma Agrária. Não esta que está aí, a do Sarney. Mas uma Reforma Agrária muito mais ampla, onde se distribuiriam as terras do Estado e os latifúndios improdutivos e produtivos. Estamos também brigando pela trimestralidade: na medida em que mantivermos o poder aquisitivo dos trabalhadores teremos um consumo maior, e tendo um consumo maior necessariamente teremos uma produção maior e, para isto, será necessário mais gente trabalhando. Todo o problema, entretanto, é que enquanto nós mantivermos os mesmos compromissos dos governos anteriores em relação ao FMI, enquanto continuarmos a pagar a dívida externa, a coisa não anda mesmo. E daí não adianta ficar falando por aí que a dívida não vai ser paga com a fome. É claro que vai, aliás, já está sendo.

Quais seriam os pontos mínimos para um entendimento da CUT com o governo? Por exemplo, seriam estas reivindicações que a CUT levou para a reunião com os ministros?

Meneghelli: Já dissemos várias vezes que nós não pactuamos com sacrifícios para a classe trabalhadora. Ora, nós estamos dispostos a discutir com o governo sobre qualquer hipótese, as propostas que ele venha a fazer. Mas nós não vamos assinar nenhum pacto. Na medida em que atender as reivindicações dos trabalhadores, o governo encontrará paz suficiente para governar. Na medida em que forem atendidas estas exigências será uma consequência natural a não existência de movimentos grevistas.

Esta comissão dos economistas da CUT e da Nova República para estudar a questão da reposição salarial já não é uma forma de entendimento?

detectar nos diversos setores quais foram as perdas salariais. A partir daí, voltaremos a discutir com os ministros a forma com que se dará esta reposição. Ora, isto não significa dizer que, se conseguirmos — se é que vamos conseguir, depois de uma conversa com os ministros — uma maneira de repor as perdas, vamos nos comprometer com alguma imposição do governo. Por exemplo, a de não realizar mais greves.

Meneghelli: Nós temos obrigação de discutir e encontrar soluções. Este debate é importante porque aí vai ser possível

Você não acha que quando o governo vai atendendo algumas reivindicações, de alguma forma, vai se estabelecendo uma forma de pacto, ainda que não explícito?

Meneghelli: Acho que não. Pacto, para mim, não é a troca de algo por algo. Mesmo que fôsse, o algo que nós teríamos a dar em troca seria abrir mão do direito de greve, e isto não fizemos. Nós estamos exigindo o atendimento de nossas reivindicações. E se elas forem atendidas, ótimo, não há motivos para fazermos greves. Mas se não forem atendidas continuaremos lutando.

Esta posição do governo, marcando já duas reuniões com a CUT e agora estabelecendo uma mensal, seria uma forma de reconhecer que é a única central dos trabalhadores no país?

Meneghelli: Não sei se o governo entende desta maneira. Agora uma coisa é bastante clara, dita, inclusive, pelo próprio ministro do Trabalho, Pazzianotto: ele reconhece que a CUT é extremamente forte. Eles sabem que a CUT representa uma parcela do movimento sindical brasileiro, mas que é a parcela mais dinâmica e combativa. Sabem também que o governo não pode pretender qualquer entendimento com os trabalhadores se a CUT não foi ouvida.

Qual é o balanço que você faz destes dois anos de existência da CUT? A CUT seria hoje uma entidade com peso nacional?

Meneghelli: Certamente que sim. Embora também seja evidente que não podemos nos comparar ao nível de estruturação e representatividade de uma Tisle na Itália ou da COB na Bolívia. Nós ainda somos crianças: temos apenas dois anos de vida. Mas também podemos dizer que a CUT é uma central praticamente estruturada, com representação e direção em quase todos os estados do país.

E a campanha salarial unificada em São Paulo?

Meneghelli: Qualquer trabalhador sabe que à medida em que unirmos as diversas categorias nossa força multiplica-se e redobra-se nossa capacidade de pressão. Em São Paulo, a unificação das campanhas salariais pode mobilizar

mais de um milhão de trabalhadores. O que isto pode significar em avanço para o movimento sindical é questão que sequer deve suscitar dúvida.

Uma greve geral em São Paulo, e mais ainda, uma greve geral em todo o Brasil, seria um xeque na Nova República? Como você acha que o governo se portaria diante disto?

Meneghelli: Não acho que nenhuma das greves, nem por categorias, nem a dos bancários que ocorreu recentemente, nem esta de São Paulo, tenha um caráter específico ou dirigido de checar a Nova República. O xeque que pode acontecer à Nova República é uma consequência da movimentação. É evidente que ocorrendo uma greve geral o governo vai ter que mostrar a cara. E toda a população vai poder ver de que lado está o governo da Nova República: se do lado dos interesses da classe trabalhadora ou do lado de meia dúzia de capitalistas.

Você acha que, no caso de uma greve geral, a Nova República mantém aquela posição dos "cassetetes democráticos"?

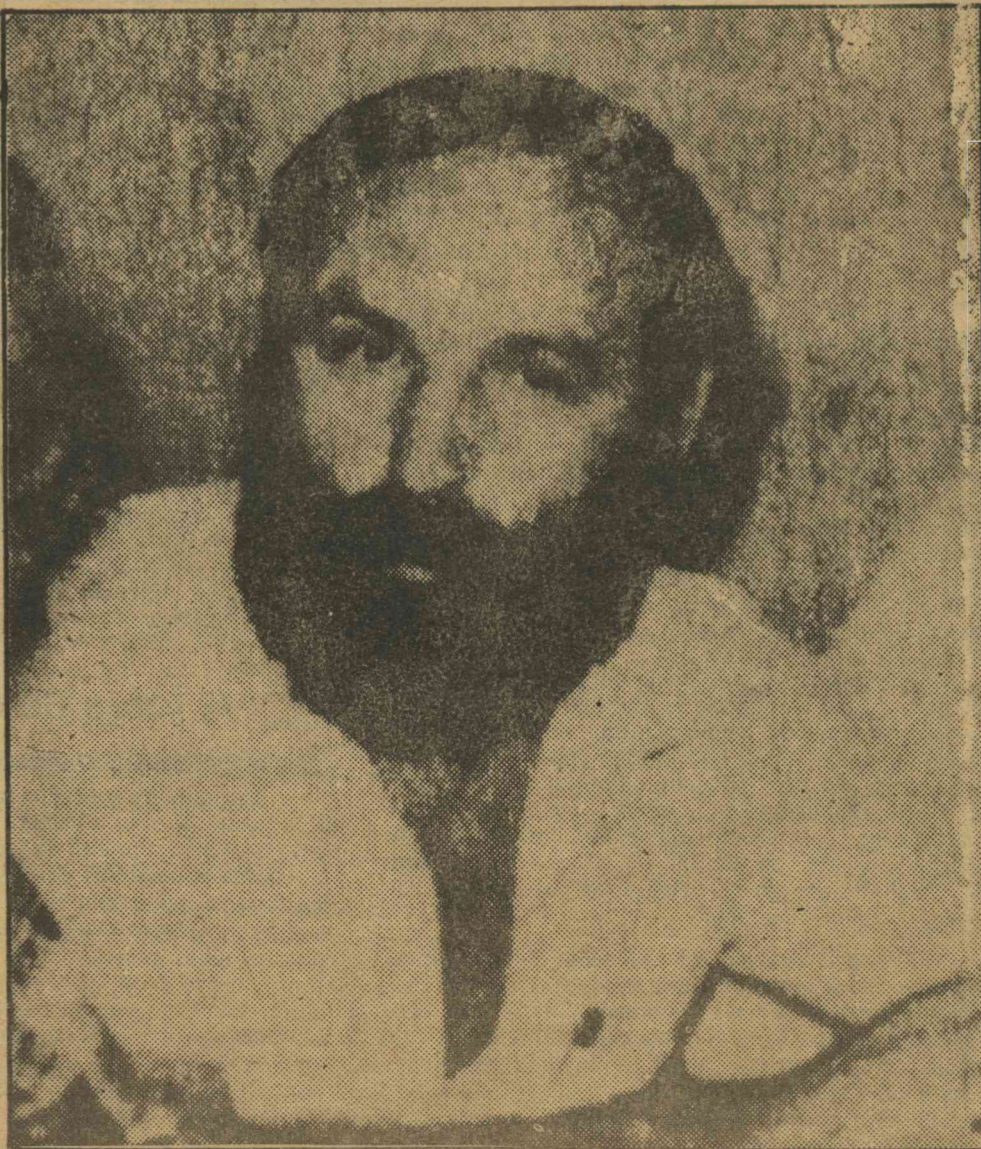
Meneghelli: É difícil prever. Mas, de qualquer forma, um governo que se diz

democrático teria que suportar a realização não só de greves específicas como também de uma greve geral.

Você acha que a CUT está se consolidando, na prática, como a única central dos trabalhadores? Você acha que alguns dos setores da CONCLAT vão se incorporar à CUT?

Meneghelli: Não sei. O movimento sindical brasileiro atravessa uma fase pela qual eu até acho que devemos passar. Para mim não adianta unificar o movimento por decreto ou pela cúpula. Acredito que o caminho no Brasil é a unificação de base, a unificação de ação. A unificação orgânica do movimento é, para mim, uma questão secundária. O fato de CONCLAT ainda não ter se estruturado como uma Central, evidentemente, faz que sejamos considerados e que sejamos

de fato a única central deste país. Não sei se a CONCLAT vai se estruturar como central. Mas acho que os dirigentes sindicais que querem realmente a unificação do movimento, deveriam participar do Congresso da CUT e disputar lá dentro a direção do movimento.



ÁFRICA DO SUL:



2 de novembro de 1985 Magubane/Gamma-Liaison-Sigla



Manchete, 2 de novembro de 1985 Magubane/Gamma-Liaison-Sigla

O *apartheid*, e as raízes brutais da sua história

A África do Sul é uma guerra não declarada entre negros e brancos. E é, também, uma privilegiada zona estratégica econômica e militar do capitalismo. Por sua costa cruzam 25 mil navios petroleiros ao ano. Dos seus dois oceanos, Atlântico e Índico, é possível rastrear e controlar militarmente boa parte do Ocidente. A África do Sul domina a energia atômica e junto com o Oriente Médio possui as maiores reservas de matérias-primas ocidentais. O governo de Pretória impõe duros golpes consecutivos aos países da Linha de Frente, obrigando-os a assinar acordos de paz e não condenação ao *Apartheid* (ver box). De quebra, os 5 milhões de brancos dominam 87 por cento do território sul-africano, segregando 23 milhões de negros aos 13 por cento restantes. Neste quadro, a situação torna-se insustentável, tanto interna como externamente.

Em 1497, o navegador português Vasco da Gama andava atrás das Índias. Antes de encontrá-las, chegou na África do Sul.

A trilha descoberta por Vasco da Gama foi seguida pelos holandeses. Em 1652 lançaram-se ao mar em direção à África do Sul. Era a escória holandesa, os *deserdados da sorte*, os excluídos do processo de produção, da economia, e, praticamente, da sociedade da Holanda. Petulantes, mercenários, patifes, falidos, bêbados, arrivistas, artífices, meeiros, sonhadores, assassinos, covardes e heróis brancos apresentaram-se para pôr em execução os empreendimentos da Companhia Holandesa das Índias Orientais.

Desembarcaram na Cidade do Cabo, extremo sul do país, e logo a violência se espalhou. Os brancos holandeses não tinham tempo a perder. Impunham constantes êxodos às tribos que, desde a sua chegada até os dias atuais, não mais puderam descansar os pés em terras férteis. Os holandeses ou *boers* — como são conhecidos até hoje — jogavam-se atrás das melhores terras, dos grandes rebanhos, do marfim . . . Os nativos resistiam, mas inferiores em armas e técnicas de guerra, eram dizimados ou tinham que fugir.

Hoje, a África do Sul está longe de ser apenas aquela com que Vasco da Gama se deparou antes de chegar às Índias. A base naval e submarina de Simonstown; com seus sistemas de radar e rádio instalados em abrigos atômicos e com um raio de ação de duas mil milhas náuticas já diz bem da importância estratégica da África do Sul. Esta posição fica ainda mais nítida quando se

penetra na cadeia de bases aéreas, navais e marítimas que se estendem do Cabo da Boa Esperança até a ilha de Guan, cujo potencial bélico está sob o comando de Pretória. Não é a toa que a OTAN — Organização do Tratado do Atlântico Norte — põe um empenho todo especial numa cooperação que inclui desde armas sofisticadas até a mais apurada tecnologia nuclear, dando sua parcela de colaboração para que a África do Sul represente o maior potencial militar de todo o continente africano. Como se isso não bastasse, Pretória está localizada no cruzamento entre o Atlântico e o Índico, controlando a rota do Cabo, um canal essencial para o fluxo do petróleo.

A força do dinheiro

Do ponto de vista econômico, a África do Sul também possui os seus caciques. É a mais importante reserva de matérias-primas do Ocidente, só superada pelos territórios petrolíferos do Oriente Médio. A África do Sul fornece, por exemplo, 51 por cento do cromo consumido no mundo ocidental e possui 84 por cento das reservas desse minério. O país responde, também, pelo fornecimento de 36 por cento do manganês consumido, possuindo 93 por cento das reservas do minério. Também estão no território sul-africano 91 por cento das reservas de platina e 73 por cento de ouro. Além disso, a África do Sul extrai e exporta titânio, antimônio, diamantes, urânio. . .

Atualmente, 42 empresas ocidentais fazem prospecções geológicas e mineralógicas no país. A indústria ocidental de vários tipos, e sobretudo a de armamento mais sofisticado, depende em grande escala de importações da África do Sul.

Sobrepõe-se à esta fartura econômica, a facilidade que os estrangeiros lá encontram para a obtenção de grandes lucros. Contam com proteção legal, uma avançada infra-estrutura e mão-de-obra abundante e barata. Estas condições transformaram os Estados Unidos, Alemanha Federal, Japão, Suíça, França, Itália e Inglaterra em parceiros preferenciais do governo de Pretória. Operam no país cerca de 1.200 empresas britânicas, 375 americanas e 350 alemãs.

São as empresas multinacionais que fornecem armas e infra-estrutura militar à África do Sul e que colaboram diretamente com o *apartheid*. A Inglaterra, por exemplo, participa através do Hawker Siddeley Group, Vickers, Alvis CO, Westland Aircraft, entre outras. A França, pela Daccot, Nord Aviation, Sud Aviation, etc. A Alemanha Federal, com a Bayer-Leverkusen, Hoechst, Telefunken . . . Os Estados Unidos com a Ellis Chalmers (que construiu o primeiro reator nuclear da África do Sul), Ford, General Motors, Chrysler, Lockheed, General Electric . . .

Por estas e outras é que todos os boicotes propalados pelo Ocidente contra o *apartheid* caem no vazio. Ao contrário do que alardeia a ONU, os países ocidentais investem cada vez mais no regime racista, e quando as operações são consideradas excessivamente "suja" utilizam Israel como intermediário.

A cor da pele, a farda

Em 1948, o Partido Nacionalista, de base social oligárquica rural (os boers/afrikaans) derrota a outra fração das classes dominantes, constituída pelos ingleses ligados à indústria, e chega ao poder. Para não mais deixá-lo.

Neste contexto, sob os olhares coniventes dos ingleses, forjam-se as leis do **apartheid**, a instituição do desenvolvimento separado por raças. Os brancos holandeses decretam-se de **essência superior** aos negros, e a constituição de Pretória refletirá isso.

A partir de então os massacres contra os negros não têm limites. A África do Sul dividiu-se praticamente em dois exércitos, facilmente identificáveis e de convívio trágico nos termos de paz do **apartheid**: a cor da pele é a cor da farda. Para os brancos e pretos este é o fatalismo que o **apartheid** coloca. São exércitos que se misturam, entrelaçam e trabalham juntos, esperando, a cada momento, pelos instantes dos combates que se travam nos guetos, nas ruas e nos bairros das grandes cidades, nas zonas rurais e nas praças, ou nos enterros de vítimas do **apartheid**.

O salário do negro

Conforme a ONU, em 1945, o salário recebido por um negro correspondia a 25 por cento do que era pago ao branco, pela mesma tarefa. Em 1970 esta diferença se acentuou. Um operário negro passava a receber apenas 17 por cento do que era pago a um branco. Esta política de salários não só estimula e acirra os ânimos entre operários negros e brancos, como também impossibilita que a classe operária sul-africana tenha programas de luta em comum.

O branco sul-africano Breyten Breytenbach, tido como o maior poeta da língua africâner (o idioma da elite branca) e defensor da causa dos negros, afirma: "Em meu país, um branco pode tornar-se racista facilmente. Pelo simples fato de ser branco, ou pelo menos classificado como tal, uma pessoa tem direito a imensos privilégios. Embora a África do Sul seja um país com problemas semelhantes aos das nações em desenvolvimento, os brancos desfrutam um dos mais altos padrões de vida de todo o mundo. Um operário branco pode chegar a ter uma casa com piscina e jardim, dois automóveis e ainda três criados negros para o serviço doméstico. Numa situação como essa, é muito fácil convencer um branco de que ele é superior a um negro".

É ainda Breytenbach quem relata: "... um branco só fala com um negro, diretamente, se não houver outra saída. Nas cidades, a população branca é oficialmente majoritária, uma vez que os negros são tidos como moradores da periferia ou das áreas especiais, onde vivem confinados. O governo usa as leis para escondê-los, já que não consegue expulsá-los. Existem ruas e casas de brancos, espaçosas, arborizadas, onde os negros não podem circular. E existem trilhas secretas e até túneis subterrâneos ligando o quarto de empregada de uma casa ao quarto de empregada da outra, e assim por diante. Dentro de uma cidade de brancos existe, clandestinamente, uma cidade de negros".

A luta contra a discriminação

"Uma tempestade de opressão será seguida pela chuva de meu sangue/Estou orgulhoso de dar a minha vida, a minha solitária vida". São os últimos versos do poeta negro Benjamin Moloise, 30 anos, executado na Prisão Central de Pretória, em outubro. Após o enforcamento, a previsão do poeta se confirmou: uma onda de tumultos se generalizou na África do Sul. Em Johannesburg, cidade até então poupada pelos distúrbios raciais, dois policiais brancos foram apunhalados, lojas saqueadas e dezenas de prisões efetuadas. Antes mesmo do enforcamento, a violência já se alastrava em todo o país.

Enquanto crescem as divisões entre os organismos brancos pró e contra o **apartheid**, os negros, mestiços e indianos caminham para uma unidade de lutas. A "Carta da Liberdade" é o principal documento que norteia a luta de libertação sul-africana. Foi redigida em 26 de julho de 1955, em Kliptown, durante o Congresso do Povo, que reuniu 3 mil delegados representando operários, camponeses, intelectuais, mulheres e jovens estudantes. Esta carta é defendida pelo Congresso Nacional Africano - ANC -, principal organização revolucionária, fundada há 70 anos e posta na ilegalidade a partir dos anos 60. Seu principal líder, Nelson Mandela, está condenado à prisão perpétua e há 20 anos preso.

Em agosto de 1983 foi criada a Frente Unida Democrática, que tem o apoio do ANC e reúne mais de 300 sindicatos, grupos políticos, organizações comunitárias e esportivas contrárias ao **apartheid**.

Dentro do clima de efervescência das lutas populares, foi criado também o Comitê do Foro Nacional, que não inclui brancos anti-racistas e se apóia na Organização Popular da Azania, no Movimento Consciência Negra e no Congresso Panafricano. O Foro possui uma política mais à esquerda do que a Frente, mas as divergências não impedem um acordo de luta contra o regime branco: ambos refletem a ampliação das lutas negras para a extinção imediata do sistema de discriminação racial.

Aos negros, o confinamento

O governo de Pretória, para estabilizar as cidades e manter a proporção branca de 17,4 por cento da população, criou os chamados "Bantustões", áreas de confinamento de negros sob a denominação de estados independentes, que no plano internacional não são reconhecidos por nenhuma nação. Nos "Bantustões" os negros vivem numa densidade populacional que atinge até 400 habitantes por quilômetro quadrado, em regime de miséria absoluta e com um índice de mortalidade infantil que abate uma em cada quatro crianças que nascem. Os planos postos em prática asseguram o deslocamento de 2 mil negros por dia para estas áreas, numa operação ritmada que deverá seguir até o ano 2.000. Sem esta prática, os brancos representariam somente 10 por cento da população antes do final do século.

A vida - se é que se pode denominá-la assim - nos "Bantustões" conduz os negros a constantes fugas. Eles retornam às cidades em busca de trabalho, mas acabam nas prisões. Na África do Sul, um negro é preso a cada dois minutos.

Outras medidas são adotadas pelo Poder de Pretória para contrabalançar o avanço demográfico negro e

o baixo crescimento das populações brancas: 30 mil imigrantes europeus são "importados" pela África do Sul todos os anos, cujo governo que lhes assegura facilidades especiais.

Para manter-se no poder, o regime branco gasta 1,5 bilhão de dólares anuais para armar seus exércitos e transformar a África do Sul num território ensanguentado, retalhado, insone, esquizofrênico, sobressaltado.

Os 5 milhões de brancos estão, psicologicamente, incorporados aos exércitos que lutam com o propósito de manter as regalias usufruídas pelos próprios brancos em decorrência do **apartheid**. Num curto período, o número de integrantes da Força de Defesa Operacional passou de 12 mil para 200 mil, enquanto que a Força Policial que em 1961 possuía 26 mil membros, chegou a 1981 com 72 mil. A Força total, que era composta por 79 mil pessoas, possui hoje 515 mil componentes.

O alistamento militar branco passou a ser obrigatório e o período de serviço aumentou para dois anos. Cumprida esta obrigatoriedade, os brancos devem prestar serviços anuais de um a três meses, de forma revezada.

Recentemente, foram também instituídos como obrigatórios o treino militar para todos os brancos de até 55 anos, e o alistamento de indianos e negros sul-africanos.

Após o massacre de Sharpeville, em 1961, e do embargo de armas a Pretória (aprovado pela ONU), o regime do **apartheid** adotou uma dupla estratégia. Primeiro: com a colaboração da OTAN, comprou os mais sofisticados armamentos de terra, mar e ar, juntamente com tecnologia de apoio, licenças, patentes, técnicas e peritos. Segundo: desenvolveu, na África do Sul, um complexo militar-industrial para assegurar a auto-suficiência em armamento, com o estabelecimento da Corporação de Armamentos Sul-Africanos. Hoje, 90 por cento do armamento das forças do **apartheid** são fornecidos pela Corporação, que emprega 28 mil operários, estimando-se que as companhias envolvidas nesta rede empreguem mais de 100 mil pessoas.

Em 1979, os Estados Unidos e a União Soviética, através de satélites, identificaram uma explosão nuclear no Atlântico, perto da África do Sul, sob a responsabilidade do governo de Pretória. Isso indica que o **apartheid** não tem outros fins para a energia atômica.

A África do Sul está cercada por repúblicas populares que integram a chamada Linha de Frente - Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábawe - que, independentemente dos acordos de não agressão ou não instabilização do regime de Pretória, têm uma postura de clara oposição ao **apartheid**.

A agitação popular, a unidade em torno dos objetivos revolucionários pregados pelo Congresso Nacional Africano e outras organizações entrou em estágio de difícil retrocesso.

A luta armada se organiza através do **Umkhonto we Sizwe**, braço armado do Congresso, e apesar do potencial militar do **apartheid**, o povo sul-africano não perde a coragem. Como não a perdeu durante os 300 anos de lutas pela sua libertação.

Para Joe Jele, responsável pelo departamento internacional do Congresso Nacional Africano, a estratégia que se baseia no desenvolvimento e intensificação da luta no interior da África do Sul está correta. "Isso é comprovado pelos ataques que o **Umkhonto we Sizwe** tem desenvolvido contra alvos do regime racista, numa verdadeira escalada de ações militares... A nossa estratégia é dinâmica e vai atingindo gradualmente níveis superiores de luta contra as forças do regime racista."

Da legislação do apartheid

• O africano que mora desde seu nascimento e sem interrupção numa cidade não tem direito de deixar ninguém morar com ele por mais de 72 horas, seja uma filha casada, um filho com mais de 18 anos, uma sobrinha, um neto ou neta.

• Nenhum africano, mesmo residindo legalmente numa cidade com permissão, tem o direito de que sua mulher e seus filhos morem com ele, caso não tenham permissão individual.

• Se um trabalhador branco morre devido a um acidente, as pessoas que dele dependem têm direito a uma soma global e uma pensão mensal fixada com base em seu salário; as pessoas que dependem de um trabalhador africano que morre de um acidente não têm direito à pensão mensal, somente à "soma global que o Comissariado de indenizações dos trabalhadores julgue equitativa".

• É ilegal que uma pessoa branca e uma negra tomem juntas uma xícara de chá num café de qualquer

lugar da África do Sul sem que obtenham permissão especial para fazê-lo.

• Se um negro senta-se num banco em parque público destinado a uso exclusivo de brancos, como forma de protesto contra as leis do **apartheid**, comete delito reprimido com multa de 600 rands ou prisão por até três anos, ou pena de 10 chicotadas ou os castigos de uma vez.

• O homem casado ou solteiro cuja "aparência seja evidentemente branca" ou que "em geral é aceito e considerado branco", que tente ter relações sexuais com uma mulher que por sua aparência não seja "evidentemente branca" ou que em geral não seja aceita e considerada como branca; é culpado de delito reprimido com prisão e trabalhos forçados de até sete anos, a menos que possa provar ao tribunal que, naquele momento, julgava ser a mulher branca.

• Se um sul-africano ou um estrangeiro branco se casa com uma mulher de cor num lugar do exterior onde

tais casamentos são legais, o vínculo é nulo e sem valor na África do Sul e os cônjuges são levados à juízo se entram no país.

• Para decidir se uma pessoa é ou não "pela aparência, evidentemente branca" o funcionário competente leva em consideração "seus hábitos, educação, modo de falar, aspecto e comportamento geral".

• Caso se encontre um africano, em qualquer residência, de posse de uma arma de fogo e ele não consiga provar que não tem por motivo "alentar sentimentos de hostilidade" entre brancos e africanos, é culpado de delito de sabotagem e passível de pena de morte.

• Nenhum africano pode atuar como membro de um júri eleito para juízo criminal, embora o acusado seja um africano.

• O africano não pode portar uma faca cuja lâmina meça mais de 8 centímetros de comprimento, fora do setor onde reside, a menos que tenha permissão especial.

Os revolucionários comunistas e os operários avançados

Tarso Fernando Genro

A relação dos comunistas não domesticados com os jovens operários avançados, que surgiram nas lutas econômicas e políticas dos últimos dez anos, tem sido extremamente difícil. Não falo, aqui, da relação com os trabalhadores que ainda não se colocam a necessidade da luta pela construção de uma consciência comunista e por um partido que retome a tradição leninista de independência de classe, voltado permanentemente para uma crítica de sua "práxis", dotado, portanto, da radical compreensão de que "a verde árvore da vida é mais rica do que o cinzento da teoria".

Os operários avançados, os que buscam ainda que de forma rudimentar a espontaneidade econômica, os jovens operários que, pela observação do cotidiano ou pela conservação da memória da classe, conhecem a saga do movimento operário, desconfiam dos comunistas. Sustentam que os comunistas estão "sempre prontos para um acordo com a burguesia", que os comunistas "usam os operários para negociações políticas", e que os comunistas "abdicaram da sua meta revolucionária e socialista". Quem têm um vínculo, ainda que ténue, com o movimento operário e não esteja emasculado, politicamente, pela cegueira do triunfalismo pequeno-burguês ou do patriotismo stalinista, sabe que tais frases não são inventadas. Correspondem a uma realidade viva e dramática do movimento operário e apontam para o grau de desprestígio a que foram jogados os comunistas pela sua história de subordinação à esfera ideológica burguesa.

Para sustentar seus pontos de vista, os operários são pródigos em exemplos: um acordo que sustenta um pedagogo num sindicato, que, na época da repressão, entregou ativistas operários; o apoio à burguesia na "transição", que mantém o movimento de massas atado a direção política da burguesia; a inexistência de uma postura firme, na defesa da independência política da classe em cada situação concreta. A posição dos PCs tradicionais atesta a coerência desta crítica e alimenta o preconceito da juventude operária avançada em relação aos comunistas.

A capitulação oportunista dos PCs tradicionais perante a transição burguesa e a unidade que ambos mantêm na defesa do governo Sarney — com ressalvas que não têm nenhum significado político — constituem sérios obstáculos para a formação de uma consciência proletária comunista, alimentando uma espécie de anticomunismo que parecia impossível surgir no seio do proletariado: um anticomunismo de "esquerda", ou seja, um anticomunismo que sustenta a sua ideologia na própria



experiência de capitulação e oportunismo do movimento comunista no Brasil, o que já foi flagrado por personalidades tão diferentes como Prestes e Florestan Fernandes. Esta capitulação abre espaço ao autonomismo e à reprodução de círculos de operários "independentes", avessos à organização leninista, que teria no centralismo democrático um instrumento para a imposição da conciliação de classes e do oportunismo.

Enfrentar este problema, removê-lo sem cair no sectarismo e em generalizações (tais como dividir o mundo entre "traidores" e "comunistas de verdade") eis uma questão complexa que deve ser resolvida urgentemente. A generalização pode levar ao descrédito, pois "ao lado" pode morar um velho ativista do PCB, que se impôs pela sua vida honesta e coerente; ou um feroz panfleiteiro do PC do B, que, mesmo sendo, na prática, um tarefeiro de Sarney, exala aquela fé (característica dos militantes deste Partido) que se confunde com a sua honestidade de propósitos.

Estas generalizações normalmente são tão grosseiras e tão elementares como aquele argumento usado pelos ativistas

sem formação e sem curiosidade, de que devemos "apoiar criticamente o governo" porque, se não o fizermos, haverá um golpe de direita ou favoreceremos o espectro Maluf-Newton Cruz.

Antes de mais nada, qualquer resposta deve surgir de uma atividade política conjunta, onde o revolucionário comunista mostre, pela sua atividade prática, pelas suas posições e pela sua formação teórica verdadeiramente leninista — por isso não dogmática — mostre, repito, que não tem nenhuma identidade com os que se avocam representantes do comunismo oficial. Para isso, inclusive, é preciso ter conhecimentos suficientemente sólidos que demonstrem que as capitulações sempre encontraram resistência, ainda que muitas vezes de forma difusa e confusa em posições às vezes minoritárias e politicamente insustentáveis, dentro do próprio movimento revolucionário comunista.

De outra parte, é preciso não só concordar com a crítica destes operários, mas também aprofundá-la numa direção correta, ou seja, situá-la dentro do contexto de

movimento comunista mundial e da própria crise teórica do marxismo, posterior a Lênin. Isto implica em admitir com honestidade que nossas debilidades vieram, não só do cerco fantástico à Revolução Russa e às revoluções populares que lhe seguiram (o que dificultou enormemente que o marxismo respondesse de forma suficientemente criadora às grandes questões do nosso tempo) como também que nossas debilidades são fruto, igualmente, de uma certa visão "não marxista de Marx, não leninista de Lênin", o que nos conformava com receitas e com dogmas. Vincular o taticismo stalinista a uma política de "rendição à objetividade", a um objetivismo que despreza a iniciativa criadora do sujeito, deverá ser o caminho para aprofundar a crítica que brota espontânea da consciência do operário avançado é que é, na verdade, não um rompimento com a idéia do comunismo, mas uma ausência de identidade com a sua caricatura. Em última análise, deveremos ser mais rigorosos com a nossa história do que os próprios operários avançados, sob pena de deixarmos que ela submeta-se a uma visão moralista e subjetivista, que é comum a estas posições, perdendo, inclusive, a potencialidade política que deve estar contida em toda a crítica do passado.

Apartir desta unidade na "práxis" e desta discussão radical, é preciso mostrar que os revolucionários comunistas estão tentando, concretamente, realizar uma ruptura consciente com esta história, mas que esta ruptura não se dará sem uma crítica arrasadora, pelo próprio movimento concreto da classe no plano da história: não se dará se não tiver a própria classe como sujeito da negação desejada. Devemos ser absolutamente claros em sustentar que a capacitação da classe, como sujeito, só pode começar pela estruturação da sua vanguarda e que a vanguarda não surge sem que os operários avançados tomem esta tarefa como sua.

O rompimento da barreira entre os comunistas não domesticados e os melhores ativistas do movimento operário, certamente já começou. Mas ainda é insuficiente, em termos quantitativos e, em termos qualitativos, ainda não fez a "crítica das armas" do seu próprio passado. Ainda não forjou uma história recente, suficientemente rica para mostrar às frações mais combativas da classe operária, que o movimento comunista, como movimento radical e libertário, antidogmático e criativo, está surgindo novamente e prometendo uma nova possibilidade para a libertação dos povos, da opressão política e da exploração capitalista.

As razões da ecologia e as desventuras do ecologismo

Adelmo Genro Filho

A ECOLOGIA É UMA COISA, O ECOLOGISMO É OUTRA.

A ecologia é uma disciplina científica surgida há mais de 100 anos (1868), quando o biólogo alemão Ernest Haeckel, em sua *História Natural da Criação*, propôs este nome para uma subdisciplina da Zoologia. Mais tarde a ecologia passou a incluir o homem, procurando situá-lo como uma espécie qualquer em suas relações com o meio ambiente. O problema todo é que o homem não é uma "espécie qualquer", e suas relações com a natureza estão subordinadas à determinações econômicas e políticas. E é apenas dentro deste quadro que a ecologia pode ser entendida, tanto como questão teórica, que ainda nos desafia quanto como um problema concreto colocado no dia a dia da luta política e ideológica.

Aliás, é apenas dentro deste quadro também que podemos distinguir a complexa totalidade da questão ecológica, do estreito caminho em que se confina o ecologismo.

A inegável sedução

Apesar disto, o ecologismo surgiu, aparentemente, como uma decorrência inevitável da própria ecologia: "... temos o fenômeno ainda recente, cada vez mais importante do surgimento de uma nova área do pensamento ecológico, denominada Ecologismo, que vem se constituindo como um projeto político de transformação social, calcado em princípios ecológicos e no ideal de uma sociedade não opressiva e comunitária, segundo afirmam alguns de seus teóricos.

Ao mesmo tempo, o ecologismo, transformou-se no mundo inteiro — sem qualquer conotação pejorativa — em uma ideologia, ou, pelo menos, em uma variante ideológica que exerce uma inegável sedução sobre segmentos sociais importantes, principalmente, a juventude e as classes médias intelectualizadas.

Pitorescamente, o ecologismo extrai o seu poder sedutor não da sua capacidade de explicar o mundo e o seu empenho em refletir com profundidade sobre todas as determinações que envolvem a questão ecológica. Ao contrário: é a ignorância (não no sentido adjetivo e sim na sua precisa definição, a da ausência do saber) que passa a constituir-se em uma espécie de lastro teórico-ideológico do movimento. Senão o que dizer, por exemplo, do fato de que seus próprios teóricos ou propagandistas reconhecem que ainda não foi elaborada uma visão do mundo (quer dizer, uma filosofia) coerente e sistemática, ao mesmo tempo que tratam isto como uma saudável insuficiência, pois asseguraria um espaço de criação e liberdade aos "homens comuns" que, desta forma, não correriam o risco de serem aprisionados em fórmulas prontas e autoritárias? Como é fácil perceber, eles transformam as deficiências em virtudes, no mesmo passo em que a ignorância constitui-se como um aspecto da lógica inerente à concepção do ecologismo, ao invés de um obstáculo à sua plena configuração e um alerta contra o dogmatismo.

A política em segundo plano

"Através da ecologia, por exemplo, — afirmam Antonio Lago e José Augusto Pádua, autores do texto *O que é Ecologia* — muitas pessoas estão sendo levadas a questionar o seu trabalho, o seu consumo, o seu lazer, a sua saúde, os seus relacionamentos e a sua visão de mundo". Como se vê, a ingenuidade é um indício muito claro desta filosofia não revelada de modo sistemático. A crise ecológica de nossa civilização é colocada ao nível genérico da "cultura", sendo os indivíduos tomados apenas subjetivamente enquanto estruturadores dessa cultura.

A consequência mais geral no plano prático, é que a política, enquanto modo de ação sobre a estrutura, fica relegada a um segundo plano. Ela serve, no máximo, como produção de um atrito que poderá então gerar a nova consciência e os novos hábitos individuais, capazes de fazer nascer uma outra civilização, desta vez baseada na harmonia e no equilíbrio com a natureza.

Não é de admirar, portanto, que os ecologistas estejam mergulhados numa dúvida permanente sobre "até que ponto" devem participar da política. Menos ainda, que torçam o nariz quando ouvem falar em luta ou revolução.

Os pressupostos filosóficos

Os seus próprios pontos de partida filosóficos condicionam, de certa forma, suas atitudes na política prática. Para eles o homem é um ser natural e, por isso, deve viver em harmonia com a natureza, respeitando os limites desta convivência como se fossem fronteiras fixas. Além disto, as "sociedades industriais" (esse é outro conceito chave) deste planeta estão apresentando contradições ecológicas que, num futuro possível, deverão conduzir ao seu colapso definitivo. Assim, como conclusão, temos que: "é preciso sensibilizar os corações e preparar as mentes para a construção da única sociedade humanamente viável baseada na harmonia com a natureza e na qual os

homens deverão viver também em harmonia e solidariedade entre si mesmos.

Os pressupostos filosóficos do ecologismo descendem em linha direta daqueles do anarquismo e da filosofia burguesa que tiveram seus apogeu no século XVIII. Aqueles, como estes, partiam sempre do indivíduo para o social e concebiam o homem como um ser a-histórico, portador de certos valores "naturais".

Nesse sentido ecologismo possui uma visão crítica do capitalismo monopolista que não ultrapassa a visão teórica tradicional da pequena burguesia. Contudo, isto não quer dizer que os problemas ecológicos sejam "questões menores" ou secundárias em relação à luta de classes. Ou então, que possam ser deixadas para depois da vitória do socialismo, quando a economia planificada resolverá tais problemas como um subproduto natural (e benigno) do desenvolvimento do novo modo de produção.

A questão central

A luta de classes não existe fora de suas determinações concretas: a luta contra a exploração econômica, a opressão política, a discriminação sexual e racial, por melhores condições de vida e pelo pleno desenvolvimento das potencialidades espirituais e materiais das gerações presentes e futuras. As reivindicações de conteúdo ideológico envolvem uma dimensão da luta de classes que, de uma forma ou de outra, contém todos estes aspectos.

Como já foi dito, a ecologia é uma coisa, o ecologismo é outra. Portanto, se é compreensível que os ecologistas torçam o nariz diante da idéia da revolução, não é admissível que os marxistas façam o mesmo diante da ecologia.

O enfoque do ecologismo obscurece a questão central, que é o modo de produção capitalista, o qual deve ser pensado como um sistema de "produção" de mercadorias e "desnutrição" dos homens e da própria natureza.

Contudo, o enfoque marxista, pelo menos até hoje, revela também uma certa debilidade na abordagem da questão. Debilidade que se expressa numa espécie de "menosprezo" pelo tema. Será por acaso que a questão da ecologia nunca recebeu mais do que algumas referências formais nos debates entre os marxistas?

Está em jogo o futuro

O que parece não ter sido levado suficientemente em conta neste debate é que o capitalismo — exatamente pelas forças incontroladas que movimentou (e movimenta) e pelas potencialidades radicais que gerou (e que gera) — não pode ser pensado como "apenas mais um" sistema econômico numa disciplina sucessão histórica. Trata-se, sem dúvida, de uma encruzilhada sem precedentes a que vivemos hoje. Está em jogo não apenas qual poderá ser o futuro da humanidade, mas a possibilidade mesma de algum futuro.

Partindo de premissas falsas e propondo saídas ingênuas, francamente idealistas, o ecologismo teve o mérito de colocar esta questão. Cabe aos marxistas resgatá-la no interior de uma concepção revolucionária e humanista, que, partindo de uma análise histórica concreta, aponte os caminhos efetivos da transformação. Uma concepção que analise as contradições entre os homens para entender as contradições dos homens com a natureza. Que proponha não uma harmonia apática e vegetal com o meio, mas um equilíbrio dinâmico no qual o homem seja capaz de controlar e dominar os efeitos não intencionais de sua apropriação prática do mundo.

Os intelectuais e a causa do proletariado

Otto Alcides Ohlweiler

Foi uma releitura recente da obra de Michael Lowy, em que este autor aborda o que — no título — chama de “uma sociologia dos intelectuais revolucionários”, que me levou a escrever o presente artigo a respeito das relações da intelectualidade com a luta revolucionária do proletariado e o marxismo.

Os intelectuais formam uma categoria social heterogênea e complexa, e podem provir de diferentes segmentos da sociedade. Lowy define-os pelo papel ideológico que exercem na sociedade. Os escritores, artistas, poetas, pensadores, pesquisadores, certos tipos de jornalistas, etc., são considerados criadores de produtos ideológico-culturais. O conceito de “trabalhador intelectual”, usado por Lowy, é, entretanto, mais abrangente, pois compreende ainda engenheiros, técnicos, profissionais liberais, etc., entre os quais há uma prevalência do trabalho mental em contraposição ao trabalho manual. São, como observa Lowy, conceitos pragmáticos, até certo ponto.

A POLARIZAÇÃO INDUZIDA

Nas formações sociais capitalistas, os trabalhadores intelectuais, na qualidade de uma categoria social intermediária, estão sujeitos a um processo de polarização induzida em consequência de sua inserção num sistema de classes cujos pólos fundamentais são burguesia e o proletariado, permanentemente em confronto no plano da luta de classes. Uma fração dos intelectuais criadores de produtos ideológico-culturais, maior ou menor conforme as condições históricas da luta de classes entre a burguesia e o proletariado, se integra no universo do capital como “elite orgânica”, cumprindo um papel legítimador desse mesmo universo em troca das benesses que a

integração no sistema oferece. Todavia, há uma outra fração que, por motivos ético-culturais nem sempre claramente conscientes e definitivos, tende a repelir a perversidade imanente do universo burguês com seus cínicos valores quantitativos e onde todos os bens materiais e culturais — e não raro as próprias consciências — se metamorfoseiam em mercadorias que podem ser compradas e vendidas no pregão das “bolsas de valores”. E, somente enquanto capitula, deixando-se dominar por critérios mercadológicos, que o intelectual se subordina aos interesses do capital. E, na medida em que resiste a esse processo integrador, o intelectual pode assumir uma posição crítica frente ao universo burguês alienante e chegar até mesmo a identificar-se com a causa do proletariado.

O PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO

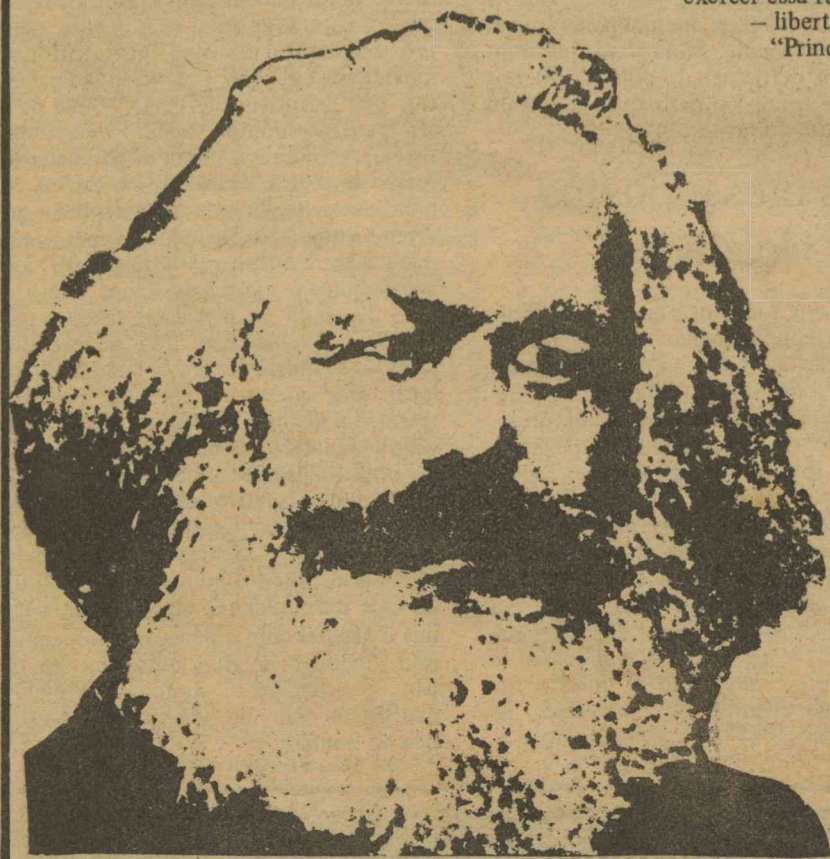
Com respeito aos trabalhadores intelectuais definidos pelo critério mais abrangente da prevalência do trabalho mental em contraposição ao trabalho manual, há a considerar o processo de proletarização que costuma ameaçar essa categoria social, a que se associam o subemprego, o rebaixamento do padrão de vida e, por fim, a redução à condição de assalariado. Aí, então, o caráter pré-capitalista típico da pequena burguesia tradicional — a unidade do produtor e sua obra — é violentamente rompido. A proletarização desses trabalhadores intelectuais, que se agudiza sobretudo nos períodos de crise, pode fazer com que eles acabem descobrindo no proletariado o guardião dos valores democráticos e humanistas face à avassaladora barbárie capitalista. Mas, a aproximação da intelectualidade ao proletariado depende muito da força de atração que este é capaz de exercer em cada momento histórico. Historicamente, muitos intelectuais renomados se radicalizaram ideologicamente, aceitando o papel a ser desempenhado pelo proletariado como sujeito transformador da sociedade, através da mediação do marxismo.

Agora, entretanto, para que o marxismo volte a exercer essa função é preciso resgatar seu caráter original — libertário, antidogmático e criador. Luckács, em “Princípios ontológicos fundamentais de Marx”, refere-se à sorte do pensamento marxiano nos anos posteriores à morte de Marx, mostrando que a ortodoxia marxista que passou a prevalecer era “feita de afirmações e consequências singulares extraídas das obras de Marx, freqüentemente mal-compreendidas” na sua essencialidade,

nisso referindo-se a Bernstein e Kautsky. Depois, apenas com Lênin é que vai ocorrer um renascimento do marxismo como uma totalidade indissolúvel que tem de superar-se continuamente sob o influxo da “práxis” revolucionária. “A obra de Lênin — afirma Luckács — é a única tentativa de amplo alcance para restaurar o marxismo em sua totalidade, de aplicá-lo aos problemas do presente e, portanto, de desenvolvê-lo”. Depois de 1917, transcorridos alguns anos desde a instauração da república dos conselhos na Rússia, verificou-se — ainda na visão de Luckács — uma gradual marginalização no contexto da política de Stálin, não só de Marx, mas também de Lênin. A inicial ênfase da contribuição teórica de Lênin foi lentamente reorientada de modo a deslocar o estudo de Marx para o segundo plano e trazer o de Lênin para o primeiro, ao que, porém, se deve acrescentar que, em geral, isso foi feito com distorções evidentes do pensamento de Lênin. Mais tarde, particularmente a partir da publicação de “Materialismo dialético e materialismo histórico” da autoria de Stálin — legítima expressão do pior “marxismo vulgar” — aquele processo se completaria com Lênin relegado para a penumbra e substituído no plano teórico por Stálin. Daí por diante, a doutrina oficial foi reduzindo a pouco mais que meros comentários em torno das publicações vulgarizantes de Stálin, onde Marx e Lênin aparecem em trechos casuisticamente pinçados aqui ou ali ou mesmo reinterpretados nos moldes de contrafações legítimas e apoloéticas logo incorporadas à ideologia do Estado burocrático, de que é típica a famosa “teoria do socialismo num só país”. E Luckács conclui que “se o marxismo quiser, hoje, voltar a ser uma força viva do desenvolvimento filosófico, deve em todas as questões retornar a Marx”. De fato, para resgatar na plenitude o prestígio e as potencialidades do marxismo, há, primeiro, que voltar às origens marxianas e, então, reincorporando a contribuição teórica de Lênin, principalmente no que concerne à ciência e à arte da revolução proletária, enriquecer o marxismo-leninismo a base dos novos ensinamentos históricos e dos aportes dos pensadores marxistas que não escamoteiam o primado da luta de classes, deixando pois à margem do caminho a ser trilhado pelo movimento revolucionário comunista mundial, as falsificações ideológicas stalinistas canonizadas na doutrina oficial do Estado burocrático e todas as formas revisionistas do marxismo reinventadas pelo eurocomunismo e outras correntes reformistas envolvidas no tráfico entorpecente das ilusões de classe.

RESGATAR O MARXISMO

Não há nenhum exagero no destacar-se a sumária relevância do tema da crise do marxismo após Lênin, quando se discute a questão da integração dos intelectuais avançados ao movimento comunista em nosso tempo. No passado, muitos intelectuais foram atraídos pelo marxismo porque neste vislumbraram um arcabouço teórico de cunho científico centrado numa concepção materialista global. E também porque o marxismo acena com a ruptura das algemas do mesquinho e torpe universo mercantil-capitalista, ao mesmo tempo que aponta a força social capaz de livrar a humanidade da tirania das leis cegas da economia: o proletariado revolucionário. A postura anticapitalista dos intelectuais avançados quando se configura, tanto pode resumir-se numa simples contestação de cunho ético-cultural como mesmo chegar a uma perfeita identificação com a causa do proletariado e do futuro comunista da sociedade. Mas isso depende, em grande medida, da presença na sociedade de uma vanguarda política revolucionária crítica com relação a todas as contrafações contemporâneas do marxismo. Os elementos mais avançados da intelectualidade, que historicamente se incorporaram na luta pela derrocada do capitalismo e pela emancipação social da humanidade, sempre tiveram presente a necessidade de sua identificação política e ideológica com o proletariado e sua vanguarda, assim valorizando a tese marxista segundo a qual o proletariado, ao emancipar-se, também selará a redenção do conjunto da sociedade humana.



Eleições Municipais: QUEM GANHA E O QUE MU

Mantido o quadro eleitoral, o PMDB vence na maioria das principais cidades, o brizolismo consolida-se no Rio e conquista Porto Alegre. PDS e PFL elegem-se em outras áreas. O PT aumenta seus índices em todo o Brasil, principalmente em São Paulo. Todos os partidos estão engalfinhados na disputa. Quais os interesses e as perspectivas em jogo?

Abaixo uma análise disto.

De certa forma, já tornou um lugar comum afirmar que o resultado das eleições municipais condicionará o futuro processo político neste país. Sem dúvida, as eleições para a Constituinte em 1986 fazem parte deste futuro, assim como as eleições para os governadores dos estados, da Presidência da República, e a recomposição ministerial de Sarney, vale dizer, a redefinição das forças que passarão a compor, ou a influenciar muito de perto nos destinos da Nova República. Tudo isto está em jogo.

É para perceber que não é pouca coisa basta o exemplo de um singular atrito: o discretíssimo Ulysses Guimarães, passou a exigir aos brados, a punição do governador do Rio Grande do Norte, José Agripino Maia, envolvido em fraude eleitoral com os prefeitos do estado. E, de outro lado, Aureliano Chaves, que, aliás, se notabilizou como um "homem ético", respondeu que "a Frente Liberal reagirá a qualquer estardalhaço que o PMDB tente promover em torno de uma simples reunião de um governador com prefeitos"

Amin e Jaison Barreto

As coisas, no entanto, não se resumem aí. Os acordos e alianças que vão sendo amarrados pelos diversos partidos indicam que ninguém está disposto a brincar em serviço. Em Santa Catarina, por exemplo, o senador Jaison Barreto, que durante muito tempo desfilou pela ala autêntica do PMDB, agora anda de mãos dadas com o governador do PDS, Esperidião Amin. Aliás, o mesmo Amin que derrotou Barreto nas eleições para o governo do estado em 1982. Contudo, tudo parece ter sido esquecido: os antigos adversários apóiam o candidato Francisco de Assis Filho, que concorre à prefeitura, sob a legenda do PDS. Além disto, Jaison não faz segredo a ninguém, que sua aliança com Amin pretende ser duradoura, estendendo-se para os próximos pleitos. As chances do candidato do PDS em Santa Catarina não parecem estar ameaçadas por Edison Andrino do PMDB, menos ainda pelos outros partidos, apenas para se ter uma idéia, o candidato do PFL, partido da oligarquia Bornhausen, Enio Branco, está apenas alguns pontos acima do PT, num longínquo terceiro lugar.

Brizola e Jaime Lerner

Em Curitiba, o PDT de Brizola incorporou nada mais nada menos do que Jaime Lerner, coligado com o PFL de Ney Braga. E, talvez, em nome do "socialismo moreno", aliançou-se em São Paulo, com Adhemar de Barros Filho, e em Cuiabá acertou os ponteiros com o governador malufista, Júlio Campos. As andanças do PDT não param por aí: ele possui candidatos em Belém, Fortaleza, Goiânia, São Luiz, etc, etc. De todos os modos, onde parece que está garantida a vitória brizolista é no Rio de Janeiro, com Saturnino Braga e em Porto Alegre com Alceu Collares.

As desventuras do PMDB iniciam-se em Recife e vão terminar nas incertezas da campanha de Fernando Henrique em São Paulo. Na capital pernambucana o histórico partido de Jarbas Vasconcelos, Miguel Arraes, Marcos Freire, Fernando Lyra rompeu-se de cabo a rabo. E, ironicamente, "os históricos", a exceção de Marcos Freire, que permaneceu sob a sigla do PMDB, foram obrigados a buscar outro nome para disputar as eleições: o Partido Socialista Brasileiro. Apesar de todo o carisma, e do empenho de Fernando Lyra, as estatísticas não chegam a tornar Vasconcelos um candidato otimista. Afinal, é preciso enfrentar todo o PFL, Roberto Magalhães e Sergio Murilo que está dentro do PMDB.

Que estranho quadro, pois, começa a emergir deste período pré-eleitoral? Que significado terão, por exemplo, as siglas partidárias? Corresponderão, de alguma forma, as posições políticas dos partidos que usam os nomes? Por exemplo: Jaime Lerner é do PDT? Identifica-se, de alguma forma, com o confuso socialismo brizolista? Ou ainda, quais são as identidades de Mário Kertesz com aquilo que nos acostumamos a conhecer como pemedebismo? Kertesz,

por exemplo, foi aliado político de Antônio Carlos Magalhães durante vários anos. Depois que romperam, Kertesz, encaminhou-se para o PMDB, enquanto Antônio Carlos Magalhães, limita-se a dar discretas declarações de apoio ao candidato Edvaldo Brito do PTB-PDS.

A validade das siglas

Qual a validade, pois, de levarmos em consideração as siglas partidárias em um quadro que se afigura completamente novo e, no qual, via de regra, abrigam-se sob elas forças políticas díspares e conflitantes? Pode-se dizer, por exemplo, que a disputa que se trava no Estado do Paraná ocorre entre o PMDB de José Richa e o PDT de Brizola? Não é mais justo, senão mais sensato, afirmar que concorrem o PMDB de Richa e o PFL de Ney Braga e Lerner? E o que é o PMDB de Richa? O mesmo de Ulysses ou de Vasconcelos?

Portanto, qual é o sentido preciso das disputas que se travam entre as forças políticas, independentemente de suas siglas?

Apenas desta forma é que pode explicar-se a irritação do Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, com a verdadeira "blitz" que o governador de Minas Gerais, Hélio Garcia, promoveu sobre Maurício Campos, candidato de Aureliano à Prefeitura de Belo Horizonte. No espaço de um mês as preferências eleitorais de Campos despencaram de 40 por cento para 24 por cento, por obra e graça de Hélio Garcia. No mesmo período, o candidato de Garcia, Sergio Ferrara, praticamente dobrou as estatísticas de intenções de votos. A conclusão é relativamente simples: Hélio Garcia, joga pesado esperando que no momento em que for redefinir-se o poder político e as influências da Nova República, ele possa exigir uma fatia maior. Para isso, é preciso cacife. E ele trata de conquistá-lo, derrotando Aureliano.

O barco estreitou

O que parece claro é que o acordo feito por Tancredo entre as elites, a cada dia começa a mostrar-se mais estreito. Outras forças políticas querem agora participar dele, seja diretamente, seja aumentando sua influência nas decisões. É por isto que Jaison Barreto e Amin coligam-se contra o anêmico PFL de Bornhausen. É por isto que Kertesz resolve esmagar Antonio Carlos Magalhães em Salvador. É por isto que Marcos Freire abandona seus companheiros de longos convívios e alia-se a Sergio Murilo, Roberto Magalhães e Marco Maciel. Os tempos são novos e o barco construído originalmente por Tancredo

para conduzir a Nova República revela-se pequeno. Existem mais marujos querendo conduzi-lo e, como porém ele não pode ser alargado assim sem mais nem menos, para que alguns encontrem lugar outros terão que ser atirados ao mar, ou no mínimo, devem abandonar suas acomodações nos camarotes de primeira classe e passarem aos porões. E é exatamente para definir quem serão os ocupantes e quais os lugares que sobrarão, é que se gasta que tanto empenho nas eleições. Todos pressentem que a Nova República continuará navegando, sem riscos de naufrágios. Mas presentem também que ocorrerão modificações na tripulação e, talvez, em alguns dos comandantes.

O PFL e Jânio

O PFL, por exemplo, sabe que, a importância e o poder que lhe foi conferido na composição do acordo tancredista, apoiava-se na forma como nascia este novo poder: de um acordo de cavalheiros entre as paredes dos gabinetes. O peso político do PFL, provinha então, em grande medida, do fato de ser dissidente do PDS propiciando assim a rearticulação de um novo projeto político. E é também por isto que o PFL nas cidades mais importantes (fiquemos apenas com São Paulo) onde não tem nenhum carisma eleitoral, precisa coligar-se com "alguém que seja bom de voto": Jânio Quadros serve como uma luva a estas pretensões. "Jânio é o jeito". Além, é óbvio da identidade política e ideológica entre os aliados. A aliança do PFL com Jânio em São Paulo guarda, no entanto, uma especificidade. O PFL em geral, ao entrar nas eleições, quer uma fatia maior do bolo do poder. Isto é, para o PFL, trata-se quase sempre, de comer fatias do bolo. Fatias, aliás, que estão sendo disputadas arduamente. No entanto, uma vitória do PFL-PTB em São Paulo, imediatamente colocaria a situação em outro plano. O PFL poderia passar a dar as cartas e jogar de mão: "Uma vitória de Jânio poderá dar ao PFL, além do governo do Estado, a Presidência da República. Haverá repercussões enormes no quadro político nacional", afirma o deputado federal, Herbert Levy, um dos mais ardorosos articuladores da candidatura janista.

HA UDA

Os resmungos de Ulysses

É talvez por isto que Ulysses Guimarães resmungue exigindo veladamente o apoio de Setúbal. E este, diplomaticamente, não debate o problema, mas carrega recursos financeiros e influências políticas para o Jânio. Afinal Setúbal, se Jânio se eleger será o candidato ao Governo do Estado de São Paulo em 1986.

Não resta a menor dúvida de que uma derrota do PMDB em São Paulo, conseguirá acabar com todas as alegrias das vitórias pemedebistas em todas as outras cidades, cerca de 12 ou 13. Mesmo assim estas vitórias e aumentarão a margem de manobra, o poder de cooptação popular e a solidificarão o projeto da Nova República. Isto é tanto mais importante na medida mesmo em que os tempos que estão por vir não serão propriamente tranquilos. Neste quadro é fundamental para o governo Sarney possuir alguns postos avançados nas capitais, a fim de desviar para outros "atalhos" e

neutralizar as pressões que inevitavelmente virão dos "de baixo". De fato, quem seria suficientemente ingênuo para desconsiderar a importância de possuir prefeituras como, por exemplo a de Salvador, Fortaleza, Belém, Recife, Belo Horizonte, em um futuro que certamente será explosivo?

Estes fatos, contudo, não servem mais do que prêmio de consolação. A questão crucial é São Paulo. Para tanto o PMDB não poupa apelos à participação dos governadores José Richa e Hélio Garcia, declarações otimistas a respeito de estatísticas secretas, e convites a que o PT venha se unir à campanha. "Se Jânio ganhar a culpa não é nossa, é do PT", parece ser o clima que os pemedebistas apreciam espalhar neste período pré-eleitoral. "Porém, responde Lula, se o Jânio ganhar a culpa é do próprio PMDB". "Afinal ele está há três anos no governo e na prefeitura e foi incompetente para destruir a possibilidade da direita se organizar. Agora, o que não se pode pedir ao PT é que deixe de existir como partido para ajudar a incompetência do PMDB", finaliza Luiz Inácio. Entretanto, esta forma de colocar politicamente as questões já tem algum tempo de história. Em 1982 não era para votar no PT, mas no Montoro, porque senão o Maluf ganhava. Depois era preciso participar do Colégio Eleitoral senão, mais uma vez a direita malufista ganhava.

E agora é preciso votar no Fernando Henrique porque tem a ameaça do Jânio. E assim por diante...

O papel do PT

No entanto os impasses que o PT tem que resolver não se resumem apenas as escolhas colocadas, nos momentos eleitorais, entre os candidatos "democratas" e "direitistas". Implica em responder a uma questão de longo prazo,

que se inicia em cada luta, e que se acentuou na campanha pelas eleições municipais. Como se constrói uma alternativa que centre seu ataque na desestabilização da Nova República e, ao mesmo tempo, vá traçando alguns passos no sentido de romper a polarização em que as classes dominantes terminam por circunscrever as políticas dos dominados?

O dilema, tantas vezes repetido, Fernando Henrique ou Jânio, é apenas o aspecto mais imediato de uma outra questão: ou por dentro da Nova República, limitando-se a uma política de pequenas barganhas ou por fora dela, construindo uma forma política de oposição radical. E mais: traçar uma alternativa política "por fora" da Nova República, que evite os falsos dilemas, implica também, embora não de forma mecânica, em construir uma alternativa que se oponha também ao populismo brizolista. Esta política combate a Nova República, contudo, não é mais do que seu lado de "esquerda". Quem não tem a memória curta sabe o quanto Brizola capitalizou sobre os erros dos novos republicanos? Aliás, é bom que se diga — e se diga muito claro — é o brizolismo que hoje aparece, para as maiorias, como a perspectiva mais avançada diante das frustrações geradas pelas "mudanças — já". Que, aliás, até hoje todo mundo espera, ou melhor, desespera. É óbvio que o confronto entre o brizolismo e a Nova República não se origina de uma radical oposição de projetos políticos e históricos entre eles. Nada disso. São divergências de caráter limitado.

Assemelham-se as discordâncias de dois caminhantes sobre o ritmo da caminhada e o lado a tomar da estrada. Dito assim, isto pode parecer sem muita importância. Porém, as verdadeiras dimensões não podem ser desconsideradas no plano da política cotidiana — até porque uma parte da verdade sempre se revela nesta dimensão — na influência que tem sobre o dia a dia das massas. Neste sentido tomar como caricato o "fazer" político do populismo

brizolista, assim como dizer (ou melhor ensinar) que "é uma farsa" sua oposição à Nova República poderá causar verdadeiros desastres na luta política diária. Neste sentido, as vitórias do brizolismo, ainda que apenas em duas capitais, poderão constituir-se em verdadeiras "cabeças de ponte" a um projeto que, num primeiro momento, parece resumir-se a levar Brizola à Presidência, mas que tem implicações políticas e ideológicas bem mais fundas. Políticas, no sentido que vai sedimentando uma base ativa em torno de um determinada perspectiva das classes dominantes, talvez mais eficaz, porque aparentemente "oposicionista". Ideológicas, a proporção que o discurso pedetista, aparentemente caótico e desconexo, misturando promessas pueris de alimentos e escolas, a um pitoresco projeto de construção de uma sociedade nova, (socialista morena), obedece a uma determinada lógica e vai compondo uma visão de mundo, que exatamente é eficaz, porque articula fragmentariamente tanto as necessidades mais prementes e cotidianas dos indivíduos, como seus sonhos — e quem não os tem — por um futuro melhor.

Neste quadro, de eleições municipais — cuja expressão mais prosaica é depositar o voto na urna no dia 15 — as tarefas dos ativistas do PT não se diluem, ao contrário se avolumam. O PT colocou-se, de fato, a necessidade de, aproveitando o clima propício das eleições iniciar a construção de uma alternativa global a Nova República e ao populismo brizolista? Soube escapar, portanto, a polarização Fernando Henrique, Jânio, fato que imediatamente na vida diária expressaria aquela preocupação maior? Soube optar por uma política de intervenção eleitoral que efetivamente se encaminhasse na direção dos

trabalhadores, propondo e discutindo as grandes questões políticas? Ou preferiu, apostar na imagem de "competência", de bom "pai de família", de cidadão "cumpridor dos seus deveres", que, em geral, Suplicy terminou passando. Donas de casa desmaiando, nos improvisados capítulos da propaganda política petista, comovidas, por "afinal conhecerem um político que visita a casa da gente": o que de há de política nisto?

É preciso romper com todas estas concepções, é preciso que os ativistas do PT coloquem-se a tarefa política que podem e devem cumprir: ir construindo em cada luta política, desde as eleições para as capitais, as greves, as eleições para a Constituinte uma alternativa operária e popular, que tenha como seu ponto fundamental de aglutinação uma política de oposição radical a Nova República. É bem verdade que os índices que o PT alcançou nas eleições, apesar de terem crescido em relação aos anos anteriores, não podem ser traduzidos como um indicativo de que a perspectiva política assumida foi correta. Em alguns lugares, talvez sim. Mas ainda é muito cedo para tentarmos estas aventuras de análise, mesmo porque elas podem nos conduzir muito rapidamente ao triunfalismo. O que se pode dizer, contudo, é que estes índices apontam uma simpatia difusa que, exatamente, cabe aos ativistas do PT, transformar numa militância concreta.

